

## MATO GROSSO E A HISTÓRIA: 1870-1929

(Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro)

Gilberto Luiz Alves

### 1. Mato Grosso, a Guerra do Paraguai e o comércio

A apreensão dos determinantes que intensificaram o processo de desenvolvimento capitalista de Mato Grosso, no período que se iniciou com o fim da Guerra do Paraguai, demanda a compreensão do próprio sentido desse conflito.

Para tanto, devem ser colocadas de lado quaisquer explicações que se limitem a circunscrever as causas da guerra no âmbito das relações entre os países do Prata. Outros conflitos, mais ou menos contemporâneos, ocorridos em diferentes locais de continentes diversos, constituíram-se, da mesma forma, em manifestações de fenômeno essencialmente único, determinado pelo estágio de desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, que, nesse momento, impunha uma dinâmica específica ao *imperialismo inglês*.

Vivian Trías, cuja interpretação é, sob alguns aspectos, semelhante à desenvolvida neste trabalho, chama a atenção para a falsa questão que a ciência acadêmica pode colocar, quando tal problemática é abordada: a exigüidade de dados empíricos que demonstrem a intervenção inglesa no conflito platino. Numa postura metodologicamente correta, o mesmo estudioso manifesta seu ceticismo sobre os bons resultados de um levantamento minucioso nos arquivos do Foreign Office, se bem que uma ou outra evidência da influência inglesa na Guerra do Paraguai possa ser por ele detectada.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> TRIÁS, Vivian. *El Paraguay de Francia el Supremo a la guerra de de la Triple Alianza*. Buenos Aires, CRISIS, 1975, p. 4.

O problema residiria muito mais em ultrapassar-se o nível empírico das evidências. Isto é, configura-se secundário se os dados passíveis de manipulação apresentam-se em grande ou pequena quantidade. A tarefa fundamental, que implica a superação do nível das aparências, ligado aos dados, torna indispensável o concurso da teoria, único recurso que pode clarificar os nexos que se estabelecem entre os dados e, no presente caso, a dinâmica do *imperialismo inglês*.

A seguir tenta-se, sucintamente, abordar a Guerra do Paraguai nessa perspectiva.

Essa guerra coincide, no tempo, com o auge do desenvolvimento do capitalismo competitivo na Inglaterra. Em essência, porém, a *livre competição* já fora ultrapassada, nessa época, em função de duas características do capitalismo inglês que o tornavam precursor do imperialismo: o jugo que exercia sobre uma infinidade de colônias e o controle monopólico sobre o mercado mundial.<sup>2</sup>

Mas, paralelamente, às vésperas da *fase superior do capitalismo*, processo de acumulação intensa alçavam à condição de potências capitalistas emergentes países como Alemanha, Estados Unidos e Japão. Para a Inglaterra isto correspondeu à perda de parcela significativa de mercado para suas maquinofaturas, que se viram impedidas de superar a competição de mercadorias similares desses países, no âmbito dos respectivos mercados nacionais, em função das barreiras protecionistas erigidas especialmente para esse fim.

A continuidade do processo de acumulação inglês impunha uma compensação à perda desses mercados, o que implicava, de um lado, colocar sob seu controle regiões ainda não submetidas e, do outro, incrementar o consumo naqueles cujo domínio já assegurara, a despeito dos movimentos nacionalistas que começavam a manifestar-se também nas colônias e nações recém-independentes.

É no contexto desse contraditório processo de acumulação capitalista, que impõe ampliação progressiva, que se pode compreender um conjunto de conflitos internacionais, ocorridos a partir de meados do século passado, e que tem como móveis, sempre, interesses econômicos ingleses. Esses conflitos pontilharam diferentes regiões e continentes: a rebelião dos sipaios na Índia (1857); a expedição

<sup>2</sup> LENIN, V. I. "El imperialismo y la escisión del socialismo". In: *Obras Escogidas en doce tomos*. Moscou, Editorial Progreso, 1976, t. 6, p. 133.

punitiva contra a Pérsia (1857-1858); a rebelião Taiping na China (1848-1865); a intervenção da Inglaterra, França e Espanha no México (1861); a tomada de São Domingos pela esquadra espanhola; a "Guerra do Guano" contra o Peru (1864); a repressão violenta contra a rebelião negra na Jamaica (1864); a expedição militar contra a Abissínia (1867) etc. etc.<sup>3</sup>

O conflito platino foi apenas mais um desses conflitos, o que exclui, de imediato, a possibilidade de atribuir-lhe um caráter eminentemente local. Enquanto conflito internacional, sua importância assumiu grande expressão pelo fato de nele terem-se envolvido estreitamente quatro países da América do Sul: Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil.

O Paraguai havia assegurado um sensível distanciamento frente ao *imperialismo inglês*.<sup>4</sup> Para tanto, além de monopolizar a navegação dos rios interiores, o que lhe permitiu controlar rigorosamente todo o comércio de importação e de exportação, o governo paraguaio tomou iniciativas que viabilizaram o desenvolvimento acentuado das forças produtivas. Uma delas foi a estatização das terras, donde o surgimento conseqüente das *estancias de la patria*, que expandiram vigorosamente a pecuária. Também o arrendamento das terras agricultáveis, a baixo preço, rapidamente assegurou a auto-suficiência do país em arroz, milho, algodão e legumes. Foi ainda reavivada a experiência de duas colheitas anuais, introduzida pelas Missões, mas já em desuso quando da ascensão de Francia ao poder. O Estado paraguaio também incrementou o desenvolvimento da indústria manufatureira, especialmente nos ramos têxtil, de papel, de tintas, de pólvora etc. A exportação de erva-mate, de algodão, de tabaco, de couros curtidos, de cigarros e mel de abelha propiciou ao país superávits sucessivos nos exercícios orçamentários, o que deu margem à implantação de estaleiros em Assunção e da siderúrgica de Ibicuy, através dos quais o Paraguai chegou a construir seus próprios navios e fundir peças militares. Em território guarani, por essa época, foi implantada ainda uma ferrovia, além de ter sido inaugurado o primeiro sistema telegráfico construído na América Latina.<sup>5</sup>

3 TRÍAS, Vivian. *Op. cit.*, p. 52-3.

4 Sobre a questão do "isolamento" paraguaio frente aos seus vizinhos e europeus, especialmente na fase francista, é rico de informações o capítulo 7 da obra de Trías já citada: "Tierras, comercio exterior y manufacturas" p. 24-6.

5 TRÍAS, Vivian. *Op. cit.*, p. 24-33.

O interesse inglês por esse país, então, pode ser avaliado através dos conteúdos de estudos oficiais, ou de afirmações de homens de negócios britânicos.

“En un estudio del Foreign Office se lee que la cuenca del Plata es ‘un país que, por su extensión, puede ser considerado capaz de consumir la mayor parte de lo que la Gran Bretaña produzca, aún con el multiplicado poder de sus máquinas a vapor’. Escribe el investigador inglés Peter Wins que los hombres de la City ‘habían sucumbido ante el mito del Gran Mercado Paraguayo...’ Y, todavía, la crisis algodonera provocada por la guerra civil en EE.UU. puso al rojo candente la ‘cuestión del Paraguay’, cuyas feraces tierras y cuyo clima son óptimos para el cultivo extensivo del ‘oro blanco’. Entre los múltiples negociantes ingleses que se interesaron activamente en el asunto, se destacan Thomas J. Hutchinson y G. Drabble. Aunque en 1865, cuando explota la guerra en tierras platenses, la emergencia algodonera estaba superada.”<sup>6</sup>

Contudo, o lado belicoso do interesse inglês é acentuado de forma mais precisa por León Pomer. A transcrição que se segue demonstra, completamente, a indissociável vinculação entre a burguesia inglesa, por força de sua condição de produtora e exportadora de maquinofaturas e importadora de matérias-primas e manufaturados dos países e colônias que giram sob a órbita de sua influência, e a burguesia comercial argentina, no caso em foco, importadora e distribuidora das maquinofaturas inglesas e exportadoras dos produtos locais.

“El interés de Inglaterra por Paraguay viene de antiguo (...). Diremos solamente que en 1840 (el 31 de octubre) el ministro Palmerston se dirige a Gaspar Rodríguez de Francia (ya muerto para ese tiempo) interesándose por el comerciante británico Richard Bannister Hughes. Este señor escribirá posteriormente en sus memorias: ‘La apertura de los puertos del Paraguay al comercio exterior es una nueva era en la historia de Sudamérica, un hecho de transcendental importancia para el mundo entero’. Se comprende el interés de Palmerston. En 1845 los comerciantes de Liverpool refieren a la Cámara de los Lores las

<sup>6</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 51.

posibilidades 'fantásticas que se abrirían si se les franquera los ríos argentinos hasta el Paraguay'. Por lo demás, en la tierra guaraní hay algodón. Carlos Antonio López ya alude, en su 'Mensaje', de 1849, a la importancia de la fibra textil, como futuro rubro de la exportación local. Trece años más tarde — en plena guerra civil norteamericana —, Alfredo du Gratty publica en Londres un libro donde advierte categóricamente: 'El algodoneero crece admirablemente en el Paraguay...' Por añadidura, el gobierno guaraní anda empeñado en vender a Europa la codiciada fibra, prescindiendo de intermediarios particulares, nativos y extranjeros. Exceso que no le será perdonado. En el 'discurso a la bandera' que Sarmiento pronuncia en 1873, queda dicho que 'la poderosa Albion, la enérgica raza inglesa', parece tener como misión 'someter el mundo bárbaro de Asia, África y de los nuevos continentes e islas al influjo del comercio, e improvisar naciones que transplantem el Habeas Corpus, la libertad sin tumulto...' etc. 'La Nación Argentina', el diario que refleja el pensamiento de Mitre, hablará bien claro en vísperas de la guerra (el 3 de febrero de 1865): 'La República Argentina está en el imprescindible deber de formar alianza con el Brasil a fin de derrocar esa abominable dictadura de López y abrir al comercio del mundo esa espléndida y magnífica región que posee, a la vez, los más variados y preciosos productos de los trópicos y ríos navegables para explotarlos'.<sup>7</sup>

Motivos vários tinha o governo argentino para preocupar-se com o Paraguai. Em primeiro lugar porque, apesar de ter sido sufocada pelas armas a tendência nacionalista no país, após a derrota infligida a Rosas em 1852, ainda se manifestava uma resistência interna poderosa e majoritária.<sup>8</sup> Enquanto isso, o governo *blanco*, no vizinho Uruguai, correspondia ao próprio movimento nacionalista oriental no poder, motivo que levava também a Inglaterra e o Brasil a manterem-no sob pressão na mesma época.

O Paraguai, potência militarmente bem-armada, então, e principal opositor do *imperialismo inglês* no Prata, configurava-se como um apoio potencial tanto para os nacionalistas argentinos como para o governo uruguaio, conseqüentemente. O país guarani, porém, não se devotaria a uma tarefa como essa desinteressadamente. O seu relativo

7 POMER, León. La guerra ignorada. In: ——— *Proceso a la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Caldén, 1968, p. 11.

8 TRÍAS, Vivian. *Op. cit.*, p. 54.

isolamento, que propiciara transformações profundas na produção e a expansão significativa de suas forças produtivas, já começava a sufocá-lo.<sup>9</sup>

Era chegada a hora, para assegurar a continuidade de seu desenvolvimento, de romper o isolamento e transbordar-se para fora. Como consequência de tal transbordamento, as regiões que, pela proximidade física e facilidade de comunicações, primeiro sofreriam o impacto das mercadorias paraguaias, a nível do consumo, seriam a Argentina, o Uruguai e Mato Grosso.<sup>10</sup>

Dessa forma, é necessário frisar, o Paraguai constituía-se num óbice para o *imperialismo inglês*, não somente por ter controlado rigorosamente o acesso de suas mercadorias ao interior do país como também pela sustentação política que poderia vir a dar aos opositoristas argentinos e ao governo uruguaio. Diante desse quadro, e a partir da necessidade guarani de expandir seu desenvolvimento para fora, a vitória dos adversários da *livre concorrência* no Prata, através das armas, equivaleria a retirar da Inglaterra parte de um mercado cativo para suas maquinofaturas.

A Tríplice Aliança realizou, portanto, uma guerra providencial para a Inglaterra, consolidando seu domínio, antes precário, sobre

9 "El presidente Carlos Antonio López abandonó la política aislacionista de Francia en los primeros años de su mandato. En rigor, era una política agotada y que estaba volviendo sus filos contra los propios intereses paraguayos. El desarrollo económico — que tanto debe al aislacionismo — ya no cabía en el hermetismo a que los circunscribiera Francia, y llegó el instante en que las válvulas de Itapúa y del Pilar no daban abasto para atender las múltiples vinculaciones económicas que se habían ido anudando con el exterior.

El aislamiento fue el cascarón protector del embrión, pero se tornó asfixiante e insoportable, cuando aquel experimentó la necesidad imperiosa de respirar oxígeno a pulmón lleno. (...) Los mecanismos de su capitalización dependían, inexorablemente, del comercio exterior. La aparición del sector industrial, el tendido de líneas férreas, plantearon renovadas exigencias de importaciones y financiación, que sólo podían satisfacerse incrementando el volumen y el rendimiento de las exportaciones."

*Id. ibid.*, p. 45.

10 "Para el Imperio resulta vital el acceso al sistema fluvial del Paraguay, el Paraná y el Plata, única salida de las prometedoras riquezas de su marginado territorio del Matto Grosso.

Explotar sus recursos es urgente, puesto que — como bien dice Recius — el territorio paraguayo es "la prolongación meridional del Estado de Matto Grosso". Estando el Paraguay en pleno desarrollo, aquel gravita económicamente hacia sus circuitos comerciales y tiende a desintegrarse del Brasil."

*Id.*, *ibid.*, p. 47-8.

a Argentina e o Uruguai, e colocando sob seu controle o outrora arredio e perigoso Paraguai. Aos vencedores, terminado o conflito, e já assegurado o *direito* de consumir as maquinofaturas inglesas e exportar basicamente matérias-primas, caberia, complementarmente, saldar suas dívidas. Seus feitos guerreiros só se realizaram mercê dos financiamentos propiciados pelas casas Baring, Rothschild e pelo Banco de Londres, todos ingleses não por acaso.<sup>11</sup>

A circulação intensa de mercadorias inglesas na bacia do Prata, afastados os obstáculos à *livre concorrência*, ultrapassou as fronteiras do Paraguai, alargando seus limites para o interior de Mato Grosso. Com isso foram reduzidas sensivelmente as dificuldades de acesso à excêntrica Província brasileira, até essa época restrito ao caminho terrestre de Goiás.<sup>12</sup>

O barateamento das mercadorias, viabilizado pela redução dos custos de transporte, fixou em definitivo a nova rota fluvial do comércio, tendo sido relegada ao abandono a antiga alternativa terrestre. Mato Grosso libertava-se, enfim, das limitações impostas pelo longo e tortuoso caminho de Goiás,<sup>13</sup> que desembocavam numa atividade comercial de ritmo lento e de escala reduzida, despida de quaisquer novidades e atrativos para o consumidor, já que restrita ao atendimento das necessidades maiores da Província.

Porém, com a entrada maciça de mercadorias inglesas em seus portos fluviais, Mato Grosso começou a experimentar também o luxo e o consumo ostensivo, apreendendo inclusive por meio desses indicadores o significado do progresso capitalista. Não que o capitalismo se constituísse numa experiência propriamente nova para a Província, pois toda a sua história fora capitalista. O *progresso*, sim, era um componente novo, pelo menos quando a referência é o século XIX. Com o objetivo de esclarecer essas afirmações, impõe-se uma exposição sobre o desenvolvimento da história em Mato

11 POMER, León. *Op. cit.*, p. 10.

12 De fato, a navegação fluvial para Mato Grosso foi franqueada em 1857, o que ocasionou um maior incremento comercial nesta Província. Entretanto, as relações tumultuadas entre os países do Prata, e o próprio controle exercido pelo Paraguai sobre o comércio, impediram a exploração de todo o potencial da nova rota antes da guerra.

13 Luiz D'Alincourt, que empreendeu a viagem de São Paulo a Cuiabá em 1818, registrou sua distância em 355 3/4 léguas, e em 125 o número de pousos entre os dois extremos. Cf. ALINCOURT, Luiz D'. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.

Grosso antes da Guerra do Paraguai. Como o eixo do discurso é a casa comercial, essa exposição também ensejará uma avaliação subsequente das mudanças sofridas por essa empresa entre as duas fases demarcadas pelo conflito.

Desde fins do século XVIII, com o crise da economia do ouro, que o desenvolvimento da região se pautava pela decadência material, sendo marcado especialmente pelo deslocamento de capitalistas e de mão-de-obra escrava para além dos limites de Mato Grosso. Transparece, cristalinamente, que tal deslocamento decorreu da necessidade de desmobilizar capitais da atividade mineira para sua aplicação em outros ramos de produção.<sup>14</sup> Também a independência do Brasil implicou o afastamento de quadros portugueses que respondiam pela administração da antiga capitania. Finalmentte, a situação de decadência foi agravada pela *Rusga*, ou *Rebelião Cuiabana* (1834), "movimento nativista" que se voltou contra a burguesia comercial portuguesa, então dominante: comerciantes foram mortos e perseguidos, casas comerciais foram saqueadas, e os que conseguiram colocar-se a salvo fugiram da Província em seguida.<sup>15</sup> Configurou-se, em decorrência, novo momento de evasão de capitais.<sup>16</sup>

A crise econômica, que atingiu a região até vésperas da Guerra do Paraguai, em nenhum momento a levou ao isolamento. O comér-

14 Podemos ter uma idéia do que representou a evasão de capitais de Mato Grosso considerando a evolução da população escrava entre fins do século XVIII e início do século XIX. As estatísticas do período são bastante desencontradas, porém é seguro que o movimento da população cativa observou uma tendência ao declínio por essa época. Só entre 1819 e 1828 o número de escravos retrocedeu de 14.180 para 12.715 indivíduos. Reduziu-se por fim, para 6.667 pessoas até 1872. Cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840 — e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província*. São Paulo, Fac. Fil. Let. e Ciências Humanas—USP, 1976, p. 127. MARCÍLIO, Maria Luíza. "Evolução da população brasileira através dos censos até 1872." *Anais de História*, Assis, (6):121-8, 1974.

15 CORRÊA, Valmir Batista. *Op. cit.*, p. 115-6.

16 João Baptista Prudêncio relatou ao presidente da Província, Augusto Leverger, os efeitos da *Rebelião Cuiabana* sobre Diamantino: "... perecendo nella alguns e outros evadirão-se para della escaparem, abandonando seus estabelecimentos e casas d'commercio e bem poucos forão os que regressaram, passada a crise.

Desta primeira emigração para fóra deste lugar não só dos adoptivos, como depois dos que se achavão comprometidos nos massacre data a epocha em que foi tornando-se sensível a decadência..." *Apud* CORRÊA, Valmir Batista.

*Op. cit.*, p. 141.



cio com os principais centros brasileiros manteve-se, mesmo que atingido e atenuado, obviamente, em ritmo e escala.

O comércio mato-grossense, antes da Guerra do Paraguai, observava a dinâmica peculiar do comércio em geral, pois o contexto que lhe dava unidade era o mesmo: o *período manufatureiro*. Isso não deixa de exigir, contudo, uma descrição da atividade comercial na região, pois impõe-se caracterizar como a dinâmica geral se realizou no particular.

A casa comercial, durante todo o *período manufatureiro*, foi o centro nervoso da economia das colônias e dos países recém-independentes. Ela correspondeu ao instrumento indispensável à acumulação do capital industrial, basicamente de origem inglesa, pois importava e distribuía suas mercadorias. Ia mais além a casa comercial, já que importava, complementarmente, os demais produtos de que necessitava o consumidor e monopolizava a exportação de grande parte, quando não da totalidade, dos produtos locais.

Observando de perto como se processavam as operações de compra e venda de mercadorias na casa comercial, compreende-se por que, segundo Friginals, o comerciante exerceu o domínio do *reino das coisas* no *período manufatureiro*.

“El comerciante, y en especial el comerciante de estos años, fue siempre un hombre renuente a toda abstracción: su mundo era el de las cosas tangibles, físicamente situadas en un lugar, mensurables, objetivamente cuantificables. Sólo se sentía seguro entre mercancías y por eso su reino fue el almacén.”<sup>17</sup>

A própria troca era regida pela presença física da mercadoria. Dessa forma, estava-se diante de um *comércio de físicos*. Portanto, o *reino das coisas*, dominado pelo comerciante, era um mundo de materialidade plena, no qual não havia lugar para a abstração.

O domínio desse mundo material, que correspondeu ao controle da economia regional em benefício do comerciante, exigiu deste a

17 FRAGINALS, Manuel Moreno. La brecha informativa (Información y desinformación como herramientas de dominio neocolonial en el siglo XIX). In: ———. *II Encuentro de Historiadores Latinoamericanos*. Caracas, 20 a 26 de março de 1977, p. 10.

manipulação de escassas variáveis, sempre objetivas, que regiam as operações mercantis. Para tanto, não necessitava o comerciante de um maior lastro cultural, mas sim de capacidades pessoais, como a sagacidade, e de conhecimentos das noções matemáticas elementares envolvidas nos cálculos contábeis. De resto, bastava o levantamento de informações fidedignas para alimentar esses cálculos e estimar possíveis lucros da casa comercial, tarefa que sempre se cumpriu através de uma equipe eficiente, formada por homens de confiança do comerciante.

Já foi assinalada a peculiaridade da operação de compra e venda no período *manufatureiro* — em quaisquer condições tal operação só se efetivava mediante a presença física da mercadoria —, mas é indispensável destacar duas questões a ela ligada. A primeira é que o pagamento só se fazia contra a entrega do produto, daí por que operações e crédito eram desconhecidas, ou destituídas de maior importância face ao seu insignificante volume. A segunda questão é que a peculiaridade da operação estava estreitamente associada à *qualidade* do produto, que ainda não apresentava, nessa fase, maior unidade. Logo, o preço acertado na compra e na venda estava sempre na dependência da *qualidade* da mercadoria, o que tornava indispensável sua presença física.<sup>18</sup> Compreende-se com maior precisão, dessa forma, por que o comerciante não era dado à abstração nesse mundo tangível, onde somente a materialidade das coisas as tornava passíveis de consideração.

18 "Referido concretamente al azúcar, como mercancía, la primera gran transformación se opera respecto a sus características físicas. Las técnicas de producción implantadas en Europa desde 1840, y en los países coloniales cañeros algo más tarde, determinaron un acelerado proceso de liquidación de las calidades manufactureras, con sus 21 tipos distintos del "dutch standard" y, también, las diferencias existentes entre el azúcar de caña y de remolacha. Respecto a este último punto es bueno tener en cuenta que, en su estado puro, la sacarosa es una sólo independientemente de la materia prima de la cual se extraiga, sea caña o remolacha. Ahora bien, en una etapa inicial del desarrollo productivo, fue mucho más fácil separar las impurezas contenidas en el jugo de la caña que las encerradas en el jugo de la remolacha. De ahí que hasta la década de 1840 fuese relativamente fácil distinguir los azúcares inferiores de remolacha y caña. La obtención de superiores variedades de remolacha azucarera, el empleo de sistemas perfeccionados de difusión y de evaporadores al vacío, filtros, materias decolorantes, centrífugas etc. etc. determinaron la producción de un producto único, uniforme, respecto al cual era imposible distinguir la materia prima inicial o el país de origen. Y, lógicamente, este producto único comenzó también a envasarse de manera uniforme, lo cual permitía un sistema común de almacenamiento en los mercados más lejanos."

FRAGINALS, Manuel Moreno. *Op. cit.*, p. 18-9.

A partir desses parâmetros não chega a ser difícil a reconstituição do funcionamento da casa comercial em Mato Grosso. Sem fugir à regra, o comerciante mato-grossense operou o domínio do *reino das coisas* através da informação. Por meio dela submeteu a economia regional ao seu controle, para o que montou uma rede de coleta de dados e utilizou o concurso de homens de sua plena confiança.

Nesse momento a casa comercial dispunha, privilegiadamente, de acesso aos mercados dos grandes centros brasileiros, o que lhe possibilitava o controle de preços das mercadorias e das suas tendências nessas fontes.

No âmbito regional eram levantadas informações sobre as condições relacionadas à produção. Assim, recorria-se a dados sobre áreas plantadas, sobre a influência de pragas e das variações climáticas no volume das safras, sobre as áreas mineiras efetivamente exploradas, sobre o número de trabalhadores envolvidos etc. etc. De posse desses informes, a casa comercial poderia estimar a magnitude da produção anual, discriminando-a por produto, e daí concluir sobre uma eventual superprodução ou escassez de determinadas mercadorias, ou equilíbrio em relação às necessidades do mercado de consumo. Dessa forma, o comerciante tinha clareza antecipada sobre quais produtos prometiam maiores lucros, a curto e médio prazo, nas operações de compra e venda.

As informações obtidas pela casa comercial não eram colocadas sob o domínio público, mas sonegadas, na medida em que da desinformação do produtor derivava a realização de lucrativas operações. Por ser o único elemento que dispunha de capital móvel na região, o comerciante auferia lucros significativos nas operações que estabelecia diretamente com o produtor. A este, com a finalidade de assegurar o direito de compra da produção, propiciava um adiantamento em dinheiro e/ou crédito em sua casa comercial. Em seguida, após a safra, estocava as mercadorias adquiridas em seus depósitos para revendê-las quando as condições do mercado se revelassem mais promissoras. Da mesma forma, o capital móvel permitiu ao comerciante que especulasse sobre a compra e venda de imóveis.

A prática desses artifícios, bem como o exercício da contração, explica por que a casa comercial se apropriou de boa parte da riqueza, gerada na sua região de influência, durante todo o período manufatureiro.<sup>19</sup>

19 Valmir Batista CORREA, *op. cit.*, p. 124, admite que na fase da exploração aurífera "foram os comerciantes que mais se beneficiaram da situação econômica de Mato Grosso", pois, através dos artifícios que manipularam para ter o domínio indireto da produção, "acabaram por transferir para suas mãos a riqueza extraída na zona mineira".

Merece alguma consideração, ainda, o trabalho de levantamento de informações executado pela casa comercial. Há evidências de que a casa comercial cuiabana, na primeira metade do século XIX, e certamente mesmo no século XVIII, montou uma rede de coleta de informações cujos agentes eram os *tropeiros* e os *caixeiros-viajantes*.<sup>20</sup> Sem o concurso desses agentes, teria sido objetivamente impossível ao comerciante dominar seu tangível *reino das coisas*. A confiança que este depositava nos seus agentes era irrestrita, motivo que leva a crer que, muitas vezes, o *tropeiro* e o *caixeiro-viajante* estavam ligados ao comerciante por relações de *parentesco*, a exemplo do que ocorreu em outras regiões brasileiras.<sup>21</sup>

O *caixeiro-viajante* deve ter desenvolvido uma ação eminentemente local, enquanto o *tropeiro*, além da cobertura regional, era o

Entre tais artifícios contavam-se também os destituídos de qualquer legitimidade. José Manuel de Siqueira, por exemplo, denunciou "o fato de que as trocas burlavam a lei econômica que estabelece sejam as mercadorias trocadas por equivalentes. A troca de não-equivalentes realizava-se em benefício, fundamentalmente, da burguesia comercial das minas, desde o momento em que até as balanças eram manipuladas: havia balanças para venda e balanças para compra, ambas medindo sempre a favor do comerciante. Entretanto, o problema maior incidia sobre as limitações inerentes à mercadoria que circulava sob a forma de equivalente nas minas: o ouro em pó. Além das pedras de ouro em pó nos sucessivos procedimentos de troca, e nos fracionamentos que os acompanhavam, era comum adicionarem-se outras matérias ao equivalente, não distinguíveis dele a olho nu, especialmente o esmeril e a areia. Siqueira, por processo químico, descobriu uma relação altíssima de impureza no ouro em pó. Para limitar essa distorção sugeriu a introdução da moeda na região mineira". Cf. ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Corumbá, CEUC-UFMS, 1983, p. 65-6 (datilografia).

Também Uacury Ribeiro de Assis Bastos refere-se às mancomunicações de comerciantes portugueses e espanhóis na realização de contrabando entre o Brasil, através de Vila Bela, e a América espanhola. Por força da própria natureza dessa atividade, os dados existentes que a atestam são muito parciais, mas há evidências de que uma das práticas mais utilizadas era a troca do ouro pela prata, que permitia aos comerciantes, tanto portugueses como espanhóis, fugirem ao controle do fisco: a prata não era taxada no Brasil, nem o ouro na América espanhola. Cf. BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão Territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. São Paulo, Departamento de História-USP, 1978, p. 78-90.

<sup>20</sup> "Concentrados principalmente nos centros urbanos, e em especial em Cuiabá, e utilizando muitas vezes, como elemento de ligação em toda a região, seus empregados ('caixeiros-viajantes') e tropeiros locais, esses grandes comerciantes, em sua maioria portugueses, conseguiram através do seu poder econômico galgar também posições decisivas na esfera política mato-grossense." CORREIA, Valmir Batista. *Op. cit.*, p. 124.

<sup>21</sup> Para esse fim, ver LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil — 1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979, p. 94-9.

elemento que tinha também acesso direto aos mercados dos grandes centros. SAINT-HILAIRE chegou a testemunhar a passagem de uma tropa por Goiás, que se abastecera em São Paulo e cujo destino era Cuiabá: "Era composta de mais de cem burros, que transportavam variadas mercadorias, sendo a primeira, naquele ano (1819), que vinha diretamente da cidade de São Paulo. Estávamos então no dia 28 de julho".<sup>22</sup>

As grandes distâncias que separavam a Província dos centros de fornecimento de mercadorias impossibilitavam o deslocamento do próprio comerciante, sob pena de afastamento por largo tempo de seus negócios. Dessa forma, o abastecimento dos depósitos da casa comercial era assegurado pelo *tropeiro*, cuja importância, enquanto intermediário vital do comércio regional, foi posta em relevo, por vias tortas, em *Generoso Ponce, um Chefe*.

"Dependem (os comerciantes) (...) dos grandes centros, de onde importam as coisas necessárias ao uso ou ao consumo provincial. A distância, porém, é tão grande, o transporte moroso de tal forma — boi e burro de carga, de tropas tilintantes, vagarosa e heróicas, os elementos com que conta o tropeiro resolutivo — que daí resultam, na prática, verdadeiros disparates. Hábitos atrasados, rotineiros, contribuem para o agravamento da situação. Regra geral, o comerciante cuiabano entrega ao "tropeiro", de viagem à Corte, cinco, dez ou doze contos de réis — quantias elevadas para a época, encomendando-lhes "uma partida". Ao critério do 'tropeiro' fica quase sempre a escolha e a compra dos artigos. Resulta não raro, sem embargo da honestidade e das boas intenções do enviado, desconhecedor dos preços e das necessidades, aquisições mal-orientadas, desastrosas."<sup>23</sup>

Na tentativa de analisar o pobre comércio cuiabano, anterior à Guerra do Paraguai, e tendo como parâmetro o ativo movimento das casas comerciais, característico das três últimas décadas do século XIX e do início do século XX, PONCE FILHO comete um equívoco grave ao imputar ao *tropeiro* o desconhecimento dos preços e das necessidades do mercado de consumo.

<sup>22</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo, EDUSP; Belo Horizonte, Itatiaia, 1975, p. 95.

<sup>23</sup> PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um Chefe*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1952, p. 30-1.

Como já foi observado, o comerciante não se deslocava, em regra, para os grandes centros; era o *tropeiro* quem o fazia. Dessa forma, era basicamente este quem exercia, via comércio, uma ação integradora entre a Província, de um lado, e Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente, de outro. Logo, por sua própria função, foi o *tropeiro* quem teve de captar as características do funcionamento desses mercados, as tendências dos preços etc.; era ele quem repassava todo esse conjunto de informações valiosas ao comerciante, reforçando sua condição de homem de confiança, na medida em que o sigilo deveria cercar o conteúdo dos assuntos tratados entre ambos.

Casos fortuitos, como o indicado por PONCE FILHO, poderiam ocorrer acidentalmente, em especial com os iniciados na função de *tropeiro*. Mas é inconcebível que se veja ignorância sistemática do *tropeiro* em questões sobre as quais *deveria* exercer pleno domínio. A casa comercial não pode ser equiparada a uma aventura, regida pelo acaso. PONCE FILHO não chegou a apreendê-la enquanto uma empresa capitalista voltada para o lucro. Apesar das já assinaladas limitações que se impunham, então, ao acanhado comércio regional, refletidas sobretudo em seu ritmo e em sua escala, não se pode ignorar, sob pena de incorrer-se em erro, que o comerciante cuiabano sempre demonstrou soberana eficiência no domínio do *reino das coisas*, durante o período manufatureiro.

## 2. A casa comercial Mato-Grossense no final do século XIX

As transformações operadas no comércio mato-grossense, após a Guerra do Paraguai, não devem ser reduzidos à sua mera expressão quantitativa. De fato, processou-se, a partir desse momento, um sensível barateamento das mercadorias, acompanhado de um incremento vertiginoso da atividade comercial, eventos que fizeram parte de um movimento generalizado, só explicável em escala mundial, determinado pelos baixos custos de produção, viabilizados pela fábrica moderna, e pelos baixos custos dos transportes, propiciados pela navegação a vapor.

A abertura dos rios da bacia do Prata ocorreu num momento em que as transformações na produção, na circulação e nas comunicações expandiam o mercado mundial, situação que se refletiu neces-

sariamente no funcionamento da casa comercial, determinando novos rumos ao seu desenvolvimento.

Finda a Guerra, toda a vida econômica da Província passou a desenvolver-se ao longo das regiões ribeirinhas. A navegação dos rios tributários do Paraguai facilitava o escoamento da produção, assim como a importação das mercadorias indispensáveis à região, inclusive maquinaria moderna.

A evidência mais significativa desse processo foi a implantação de modernas usinas de açúcar na região de Santo Antônio do Rio Abaixo, a partir de 1880.<sup>24</sup> O ramo de produção açucareira alçou-se, então, à condição do mais desenvolvido de Mato Grosso, mesmo porque o equipamento importado, que rivalizava com os mais modernos do Nordeste,<sup>25</sup> implicava um alto grau de objetivação do trabalho.

Dessa forma, a indústria açucareira, restrita até 1880 a rudimentares engenhos,<sup>26</sup> que se concentravam sobretudo na região

24 Afirmava Pimenta Bueno, em 1879, quando levantou a vida econômica da Província por solicitação do governo imperial: "Nas margens do Cuiabá estão em via de montar um engenho a vapor para cana. Em meu regresso para a Corte, na altura dos Dourados, próximo ao rio São Lourenço, encontramos uma chata rebocada pelo vapor D. Constança, que subia transportando o maquinismo para esse estabelecimento. É um serviço importante prestado a Mato Grosso a introdução dessa máquina a vapor. Segundo nos informaram, o respectivo proprietário tem em vista os planos dos engenhos centrais, comprando as plantações de cana aos vizinhos moradores das margens de Cuiabá". *Apud* CORRÊA FILHO, Virgílio. *A indústria açucareira em Mato Grosso. Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, out. 1941, p. 93-4.

25 O usineiro de Cáceres Joaquim Augusto da Costa Marques, em 1908, deu uma idéia do avançado grau de aperfeiçoamento tecnológico das máquinas da Usina Itaici ao opô-la às demais usinas de Mato Grosso — São Gonçalo, Conceição, Aricá, Flechas e Ressaca. "Com excepção da do Itaicy, que tem dupla pressão, composta de dois ternos de tres moendas cada um, as outras usinas trabalham com uma só pressão de tres moendas."

Em seguida Costa Marques abordou o rendimento das usinas de dupla e tripla pressão, utilizando como exemplos engenhos centrais de outros Estados, tais como o de Quissamã, o de Borcellos, o de Sapucaia, o de Santa Cruz e o de Lorena. *Cf.* *ALBUM Graphico do Estado de Mato Grosso*. Hamburgo; Corumbá, S. C. Ayala e F. Simon, Janeiro de 1914, p. 273-4.

26 "As moendas de cana são movidas a bois e algumas a água com força motriz, porém são muito limitadas as safras de açúcar, mais geralmente de rapadura e aguardente." BUENO, Pimenta. *Apud* CORRÊA FILHO, Virgílio. *A indústria açucareira ...*, *op. cit.*, p. 93.

da chapada dos Guimarães, dominada pela influência do caminho de Goiás, deslocou-se para a região ribeirinha do rio Cuiabá e, mais tarde, também para a do rio Paraguai. Antes mesmo de 1880 já havia sido introduzida no estabelecimento denominado Descalvados, também às margens do Paraguai, uma indústria de transformação da carne, iniciativa do argentino RAFAEL DEL SAR,<sup>27</sup> posteriormente transferida para o uruguaio JAYME CIBILS y BUXAREO. Em 1884 assim se referiu o presidente da Província a esse estabelecimento:

“... não posso deixar de fazer rápida menção do importante estabelecimento de propriedade dos abastados cidadãos (*sic*) argentinos (*sic*) Jaime Cibils y Buxareo, situado no município de São Luiz de Cáceres e destinado ao fabrico de extracto de carne e caldo concentrado, que exportam em grande quantidade para os mercados estrangeiros.

“Consta-me que é uma fabrica em proporções bastante desenvolvidas, empregando *machinas movidas a vapor* e numerozo pessoal, que accusam mui avultado capital n'ella convertido”.<sup>28</sup>

Segundo EDDY STOLS, além de abater mais de 20 mil cabeças de gado anualmente, Descalvados era responsável por mais da metade das exportações de Mato Grosso em fins do século XIX.<sup>29</sup> Contudo, essa estimativa configura-se exagerada quando comparada a dados de exportação divulgados em relatórios governamentais, pois mercadorias como a erva-mate e a borracha experimentavam

27 “Existe a margem direita do rio Paraguay, no lugar denominado Descalvado, uma xarqueada pertencente ao cidadão argentino Rafael Del Sar, que exporta para Corumbá e para os portos do rio da Prata os productos do seo estabelecimento.” MARACAJU, Barão de. *Relatorio com que o General ... Presidente da Provincia de Matto-Grosso, abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléa, no dia 1º de outubro de 1880*. Cuiabá, 1880, p. 66 (Manuscrito).

28 BATOVIY, Barão de. *Relatorio com que o Exm. Sr. General ... Presidente da Provincia de Matto-Grosso abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de outubro de 1884*. Cuiabá, 1884, p. 71-2 (Manuscrito). (Grifo nosso.)

29 STOLS, Eddy. O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914). *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Amsterdam, (18):71, jun. 1975.



PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MATO GROSSO: VALOR DO  
IMPOSTO ARRECADADO (EM MIL-RÉIS) - 1879-1899

ESPECIFICAÇÃO	ANOS			
	1879	1885	1893*	1899*
Gado vacuum em pé	9:503\$	11:006\$	20:000\$	47:200\$
Couros		14:129\$	31:100\$	87:000\$
Erva-mate		16:854\$	200:000\$	250:000\$
Borracha			5:000\$	60:000\$
Ipecacuanha		4:336\$	30:000\$	21:400\$
Caldo de carne 30		4:320\$		
Total do imposto arrecadado	17:149\$	51:341\$	286:600\$	467:540\$

\* Estimativas orçamentárias

FONTES: ALBUM Graphico ... (1914), p. 101; ALENCASTRO, José Maria de (1882), p. s/nº; FERREIRA, José Joaquim Ramos (1887), p. s/nº; PIMENTEL, Joaquim Galdino (1886), p. s/nº. Ver Bibliogr. in fine.

uma importância ascendente na receita mato-grossense de exportações nessa fase, enquanto manifestava reduzida expressão a receita derivada da exportação de caldo de carne, mercadoria produzida em Descalvados. O quadro que se segue evidencia estatisticamente o exagero de STOLS, exagero que não implica, em absoluto, uma redução da importância de Descalvados enquanto estabelecimento industrial, em sua época.

A ativação da nova rota comercial promoveu, igualmente, o desenvolvimento intenso de Corumbá, cidade cuja população em 1861, às vésperas da Guerra do Paraguai portanto, compunha-se

30 O caldo de carne produzido em Descalvados aparece somente nas estatísticas de 1885. Mas, mesmo que tivesse sido produzido e exportado em outros anos, teria expressão reduzida no total dos impostos de exportação, como se depreende. Há a possibilidade de que o governo de Mato Grosso tenha isentado de impostos esse estabelecimento, o que não procede. Definitivamente, Descalvados já estava em decadência no final do século XIX, pois, segundo o próprio Eddy Stols, *op. cit.*, p. 69, quando a propriedade foi adquirida por um grupo belga, em 1895, necessitou ser "recuperada".

de 1.187 brasileiros, 84 estrangeiros e 44 escravos. Após o conflito, em 1872, sua população já havia evoluído para 3.361 habitantes.<sup>31</sup>

"Em 1876 calculava-se a (população) da villa em cinco ou seis mil habitantes, incluindo a povoação do Ladario. (...) cerca de tres á quatro mil paraguayos, em meados desse anno, affluiram á ella acompanhando nossas forças, mandadas retirar de Assumpção, e que emigraram a mor parte por já estar acostumada á viver da magra etapa dos soldados, e quasi todos com receio da liberdade republicana. Assim viu-se de repente a villa com uma população quasi dobrada. O *Visconde de Inhauma*, o *Madeira* e outros grandes transportes, conduziam em cada viagem, com a tropa, perto ou mais de mil e quinhentos paraguayos.

"O commercio dobrou e a presença da tropa chamou uma nova colonia de negociantes, ou melhor traficantes. O Ladario converteu-se também n'uma florescentissima povoação, com cerca de tres mil almas, varias ruas e boa casaria."<sup>32</sup>

Atente-se para o fato de que a livre navegação dos rios, enquanto um resultado do conflito com o Paraguai, transformou Mato Grosso numa grande frente de investimentos. E as novas reservas de capital canalizadas para a Província fizeram-se acompanhar de seu necessário antípoda, que a guerra imperialista também produziu: o proletariado de origem paraguaia.

Pela sua condição de principal porto fluvial da região, Corumbá erigiu-se, nessa fase, no centro nervoso do comércio mato-grossense. As embarcações de médio calado, provenientes de Buenos Aires, Montevidéu e Assunção, despejavam mercadorias nos depósitos das casas comerciais corumbaenses, ou suas cargas eram transferidas para embarcações menores, que se dirigiam para o norte da Província, especialmente Cuiabá. Enquanto principal entreposto comercial de Mato Grosso, não é surpreendente que em pouco tempo Corumbá tenha alcançado um grau de desenvolvimento ímpar na região.

O fato é que a abertura dos rios à navegação não trouxe somente mercadorias mais baratas e em maior volume para Mato Grosso; nem tampouco esgotou-se na importação de maquinaria moderna para as indústrias nascentes ou no desenvolvimento de cida-

31 FONSECA, João Severino da. *Viagem ao Redor do Brasil: 1857-1878*. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro, 1880, v. 1, p. 298-9.

32 *Id.*, *ibid.*, p. 299.

des portuárias; nem se resumiu à chegada em Mato Grosso de uma quantidade expressiva de elementos estrangeiros, composta por proletários, de um lado, e por capitalistas, que se radicaram especialmente no comércio, de outro.<sup>33</sup> As transformações incidiram mais sobre a qualidade do que sobre a quantidade, cuja mais vigorosa manifestação foi a implantação da indústria moderna na região. Presenciou-se, nesse instante, Mato Grosso transitando do período manufatureiro para o da maquinaria industrial. E, assim como essa transição definiu a superação da indústria manufatureira pela moderna, também o comércio manufatureiro foi superado, nesse momento, por um *novo comércio*.

Já então a concentração do capital, a nível mundial, era tão sensível que indicadores que a atestavam eram também os indicadores que demonstravam estar o capitalismo transitando para a sua fase superior, o *imperialismo*.<sup>34</sup> Com essa concentração, e os efeitos dos novos recursos tecnológicos aplicados à produção (fábrica moderna), aos transportes (navios a vapor, em substituição aos a vela, e ferrovia) e às comunicações (telégrafos), os oligopólios em formação passavam a dispor de recursos sofisticados para exercer o controle do mercado em escala mundial.

O controle dos preços das principais matérias-primas, por exemplo, passou a ser efetuado pelas bolsas de produtos — *Commodity Exchange*. Teoricamente, esse tipo de bolsa aparecia como um instrumento que propiciava a reunião de compradores e vendedores num local determinado, onde, a qualquer tempo, independentemente das conjunturas do mercado, operações de compra e venda poderiam ser efetivadas. De resto, a lei da oferta e da procura regulariza os preços.<sup>35</sup>

Essa concepção liberal, porém, configura-se falsa em qualquer confronto com os fatos. Nesse sentido, qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre a função efetiva da bolsa de produtos seria dirimida pelo ilustrativo relato de Friginals, referente ao caso do açúcar cubano:

33 Após a Guerra do Paraguai, "vivandeiros que seguiram o exército estabeleceram-se de facto: começaram a afluir os habitantes e o commercio, principalmente de estrangeiros...". *Id., ibid.*, p. 295.

34 LENIN, V. I. "O imperialismo, fase superior do capitalismo". In: — *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, t. 1, p. 586-97.

35 FRAGINALS, Manuel Moreno. *Op. cit.*, p. 25.

“... en su comparencia ante el Senado con motivo del gran escándalo antitrust, Theodore Havemeyer declaró, con la más absoluta naturalidad, que empleaba la bolsa de valores para sobornar a los funcionarios estatales y la bolsa de productos para imponer, por igual, el precio de los crudos cubanos y el de los refinados de Luisiana”.<sup>36</sup>

Logo, não havia mais lugar para a lei da oferta e da procura, para a livre concorrência, enfim, num mundo já dominado pelos oligopólios, com a emergência do capitalismo monopolista.<sup>37</sup>

É necessário esclarecer que nessa nova conjuntura o comerciante ainda dominava o comércio de físicos, e, a nível regional, a supremacia da casa comercial mantinha-se incontestável. Entretanto, as forças oligopólicas, que passavam a controlar o mercado mundial, subordinavam às suas “leis estranhas” o comércio de físicos.

A impotência do comerciante manifestava-se de forma palpável no processo de fixação dos preços dos produtos de exportação. Por outro lado, sempre ligado ao comércio de físicos, isto é, a um mundo tangível, de materialidade plena, em relação ao qual não cabia a abstração, o comerciante provavelmente experimenta uma indescritível perplexidade diante das operações “ininteligíveis” que se efetuavam nas bolsas de produtos:

36 *Id., ibid.*, p. 33.

37 Ao demonstrar a falsidade da imagem de “jogo” atribuída às bolsas de produtos, Fragnals dá uma idéia geral dos mecanismos utilizados pelos oligopólios na sua ação especuladora: “En efecto, en condiciones normales, el precio del azúcar dependía de las existencias disponibles, la producción y el consumo. Y según la información que se tuviese de estos parámetros, era fácil predecir el sentido en que actuarían las fuerzas de la oferta y la demanda. Ahora bien, si un grupo con un gran stock em mano es, además, el primero en disponer de una información exacta sobre los otros parámetros, no hay duda que actuaría con ventaja sobre los demás. Y si encima de poseer más información (y un sistema continuo de alimentación de nuevas informaciones), y obtenerlas primero, puede al mismo tiempo controlar las informaciones de los otros grupos, y aun transmitirle a ellos informaciones estadísticas distorsionadas que los lleven a actuar en un sentido dado; y, por último, disponen de fuerza económica para comprar más, vender más, almacenar más, o sostener por más tiempo una situación de desequilibrio, el ‘juego’ pierde todo su sentido aleatorio, es decir, deja de ser juego de la misma forma que una ruleta controlada a voluntad tampoco lo es. Se entiende así el interés de los grandes grupos económicos en no borrar la imagen de juego, y aun difundirla, ya que demostrar lo contrario equivalía a revelar que el banquero hacía trampas”. *Id., ibid.*, p. 31-2.

"... en 1889, el azúcar físico que realmente entró en los canales del comercio internacional fue de unos 2.300.000 t; y sólo en 5 bolsas, Hamburgo, Magdeburgo, París, Londres y New York, se compensaron contratos de ventas de 2.770.722 t, lógicamente sin mover un sólo saco del producto. Nuevas fuerzas dominaban el mundo de las cosas".<sup>38</sup>

Na base desses acontecimentos, frise-se, encontrava-se a padronização dos produtos, viabilizada pela fábrica moderna, que passou a assegurar uma comercialização de novo tipo, que dispensava a presença física das mercadorias. A *qualidade* do produto, outrora cambiante e arredia ao controle humano, deixou de influenciar as operações comerciais, o que facultou o surgimento da própria bolsa de produtos e, por consequência, da especulação que dela derivava.

Se nas regiões mais desenvolvidas a subordinação do comércio de físicos às novas forças do comércio mundial, geradas e controladas pelos oligopólios, ocorreu mais ou menos rapidamente, segundo formas via de regra claras, não aconteceu o mesmo em regiões onde o capitalismo ainda não havia atingido tal estágio. Essa consideração é de fundamental importância na abordagem do caso matogrossense.

Durante as três últimas décadas do século XIX foi bastante limitada a pauta de exportações de Mato Grosso. A borracha, produto de grande importância para os principais centros de acumulação capitalista, só começou a ganhar peso nos últimos anos da fase aqui tratada. O açúcar somente excepcionalmente foi exportado, voltando-se mais para o abastecimento interno. Outros produtos regionais tinham suas trocas processadas nos limites da bacia platina: o mate era consumido basicamente pela Argentina; o gado, além daquela parte que se dirigia para Minas Gerais e São Paulo, era comercializado em pequena escala com o Paraguai. A exportação do caldo de carne, produzido em Descalvados, somente permitiu à Província "arrecadar uma pequena verba de receita de que não depende seu equilíbrio".<sup>39</sup> Finalmente, a ipecacuanha, produto de utilização médica, sempre teve sua exportação marcada por resultados oscilantes, jamais atingindo volume significativo.

<sup>38</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 28.

<sup>39</sup> PIMENTEL, Joaquim Galdino. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Mato-Grosso pelo Presidente da Provincia Doutor ... , no dia 12 de 1886*. Cuyabá, 1886, p. s/nº (Manuscrito).

É nesse contexto que se deve entender o relacionamento do comerciante de físicos regional com os grandes oligopólios que passavam a dominar e controlar o mercado mundial. Pela insignificância dos produtos de exportação de Mato Grosso, isto é, pela débil articulação da região com os centros dinâmicos do mercado mundial, a subordinação do comerciante de físicos às novas leis desse mercado até certo ponto ficava velada. A própria complexidade crescente da casa comercial mato-grossense, assim como o poderio econômico e político que dela emanava nessa fase, pode ofuscar o estudioso, em especial aquele que se fia exclusivamente nos dados positivos: retendo sua atenção na grandeza local e imediata da casa comercial, deixa de dispor de recursos que evidenciem a subordinação desta em relação aos monopólios.<sup>40</sup>

O comerciante desses dias já havia dispensado as tropas de burros e de bois, apropriando-se do novo meio que aproximava a Província dos centros platinos: o navio. Através do navio monopolizou a distribuição de mercadorias na região. As viagens tornaram-se muito mais breves,<sup>41</sup> com o que o comerciante se liberou da necessidade de manter-se junto ao seu negócio, isto é, junto à sua casa comercial. Com o seu próprio navio, o comerciante teve acesso a todos os grandes portos da bacia do Prata — Assunção, Buenos Aires e Montevideu —, tornando-se cosmopolita. Também empreendeu viagens constantes ao Rio de Janeiro, e mesmo à Europa realizou visitas com alguma frequência, no sentido de sondar mercados e estimar lucros que poderiam advir da exploração de novas atividades econômicas na Província. Nitidamente, o mercado mundial tornava-se a escala do comerciante mato-grossense.

Dentro desse quadro, é significativo que, à exceção das primeiras usinas de açúcar e do estabelecimento de Descalvados, todas as novas atividades econômicas exploradas na região tiveram algum

40 É ilustrativa a descrição de uma casa comercial cuiabana dessa fase: "Casa antiga e baixa, na época, 'a loja'. Balcão extenso separa o terreno dedicado à freguesia, do recinto privativo dos sócios e do pessoal do escritório. Verdadeiras enciclopédias comerciais as casas de comércio então. Importadora a princípio, depois também exportadora, atacadista e varejista, de todos os gêneros se ocupa a de Firmo de Matos. Desde os produtos naturais do Estado, a borracha, a ipecacuanha e outras plantas medicinais, os couros, exportados em larga escala para o estrangeiro, até os mais delicados artigos de Londres, Paris e Nova York, vestidos e chapéus da moda, sapatos, fazendas, ferragens, vendidos por atacado e varejo". PONCE FILHO, Generoso. *Op. cit.*, p. 31.

41 Passou a ser de trinta dias a duração de uma viagem entre Cuiabá e o Rio de Janeiro por barco a vapor. *Id.*, *ibid.*, p. 6.

suporte da casa comercial. Esta constituiu o fator que impulsionou e catalisou a diversificação da produção. Alguns exemplos ilustram essa assertiva:

1. Em 15 de dezembro de 1872, a casa comercial *Martin Guilherme & Companhia*, a principal da época segundo ESTEVÃO DE MENDONÇA,<sup>42</sup> conduziu a Paris, através de seu proprietário, “a primeira amostra de borracha de Mato-Grosso, extrahida no rio Preto, afluente do Arinos, por José Sabo Alves de Oliveira”. Objetivava essa iniciativa “tornar conhecido aquelle productto mato-grossense”;<sup>43</sup>

2. Ao falecer, em 1892, o pioneiro da exploração da borracha no Baixo Guaporé, Totó Rodrigues, “passaram para o poder dos Srs. *Maciel & C. os* (seus) barracões e feitorias, em pagamento de dívidas que tinha com a casa”;<sup>44</sup>

3. Em 19 de junho de 1876, foi “pela primeira vez exposta á venda no mercado público de Cuiabá uma partida de café, colhida no districto da Chapada (...).

“(...) A partida exposta á venda foi adquirida pelo negociante João Baptista de Almeida Filho, que della enviou para Londres uma amostra, solicitando da firma Knowles & Foster um parecer sobre a qualidade e valor do productto”.<sup>45</sup>

Atente-se para o fato de que as próprias consultas constantes dos comerciantes de Mato Grosso sobre as mercadorias regionais, junto aos órgãos especializados dos países capitalistas desenvolvidos, evidenciam a posição subordinada da casa comercial às novas forças que estavam intervindo no mercado mundial.

Ainda é importante ressaltar e explicitar algo que já foi dito de passagem: nas relações que estabelecia com a casa comercial, a posição do produtor era de dependência. A exportação de mercadorias regionais, tal como se fazia, evidencia esse fato. O caso da erva-mate é muito expressivo, pois Thomaz Laranjeira, o arrendatário que explorou os ervais sulinos, necessitou, pelo menos

42 MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Nictheroi, Typ. Salesiana, 1919, v. 2, p. 89.

43 *Id., ibid.*, v. 2, p. 345.

44 *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. 366.

45 MENDONÇA, Estevão de. *Op. cit.*, v. 1, p. 337.

nos primeiros tempos de sua atividade, da casa comercial *Firmo & Ponce* para escoar o produto até os mercados consumidores do Prata. Daí ter sido esta firma comercial que, em novembro de 1885, recolheu “pela primeira vez aos cofres da thesouraria provincial a quantia de dez contos de réis, de imposto sobre a exportação da herva”.<sup>46</sup>

Deduzindo todas as conseqüências do monopólio que a casa comercial exerceu sobre a navegação, que correspondeu ao monopólio do comércio de importação e de exportação, pode-se afirmar que todos os produtores regionais, sem exceção, dependeram da casa comercial para efeito de abastecimento e escoamento de mercadorias, o que os colocou sob o controle irrestrito desta. Também insinuou-se claramente, nesse momento em que a casa comercial era a principal incentivadora da diversificação da produção mato-grossense, a presença de um novo mecanismo, que passava a mediar as relações entre comerciantes e produtores: o *crédito*.

O crédito, como já se acentuou, era uma operação praticamente desconhecida durante a primeira metade do século XIX, tornando-se, portanto, elemento distintivo da *nova casa comercial*. Nesse sentido, esta começava a funcionar como um verdadeiro *banco*, o que denota nitidamente sua mudança de qualidade. Porém, até fins do século XIX, o crédito não atingiu seu pleno amadurecimento em Mato Grosso. Exemplifica essa limitação, sugestivamente, a forma pela qual foi financiada a implantação da mais moderna usina de açúcar da região: Itaici. Querendo construí-la, mas não dispondo de recursos, Totó Paes, seu futuro proprietário, viajou para Buenos Aires, onde fez contato com o chefe de uma firma comercial, o alemão Otto Franke. Juntos visitaram modernas usinas de açúcar nas regiões de Tucumã e Jujui. De volta à capital argentina, Totó Paes

“... aceitou a oferta que lhe fez Otto Franke, firmando com o mesmo um contrato que lhe abriu o crédito necessário para o financiamento da construção de uma fábrica de açúcar e álcool, tal como idealizara, devendo o pagamento ser feito com a própria produção.

Em conseqüência desse contrato foram mandados ao Itaici engenheiros, arquitetos e operários, sendo as máquinas e sobressalentes encomendados na Alemanha.

46 *Id.*, *ibid.*, v. 2, p. 52-3.



Lançada a pedra fundamental em 11 de junho de 1896, foram as obras atacadas vigorosamente, prosseguindo os trabalhos com rapidez, sob as vistas de seu proprietário e idealizador.

No dia 1º de setembro de 1897 foi inaugurada a maior e mais aperfeiçoada usina de fabricação de açúcar de Mato-Grosso.

Na véspera desse dia aportavam no Itaici duas lanchas a vapor, com quatro chatas, que conduziam altas autoridades, pessoas gradas e famílias procedentes de Cuiabá, especialmente convidadas para abrilhantarem a festividade.

Ao desembarque, foram os convivas tomados de intensa vibração patriótica e de alegria, deslumbrados por um espetáculo inédito na terra: as trevas desapareceram subitamente e, como por encanto, banidas por ofuscante claridade que se irradiava de grandes lâmpadas pendentes de fios estendidos até o porto. Era a iluminação elétrica, que desse modo se inaugurava em Mato-Grosso. De Buenos Aires veio especialmente, com sua família constituída de esposa, filho e filha, o comerciante Otto Franke, a fim de assistir aos atos da inauguração da Usina Itaici, para cuja construção concorrera de maneira eficiente e decisiva, proporcionando-lhe o necessário financiamento.

Entre os convidados figurava o chefe de uma das mais importantes firmas comerciais de Mato-Grosso, o Cel. João Batista de Almeida Filho, sócio principal da conceituada firma Almeida & Cia., sediada em Cuiabá.

Este comerciante prontificou-se a efetuar o pagamento, à firma Otto Franke, da importância despendida com a grandiosa construção do valor correspondente a 450:000\$000 (quatrocentos e cinquenta contos de réis), ao câmbio de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) a libra esterlina e ao juro de 9% ao ano, ficando como único credor dessa vultosa operação".<sup>47</sup>

Frise-se que Totó Paes, filho do pioneiro que em 1880 implantou a primeira usina de açúcar a vapor na Província, saiu de Mato Grosso para contar com crédito que realizasse seus planos. De fato, reagiu como se na região não houvesse recursos suficientes

<sup>47</sup> SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antonio Paes de Barros (Totó Paes) e a Política de Mato Grosso*. s.n.t., 1958, p. 6.

para tal. Contudo, durante a marcante inauguração da nova usina, a casa comercial cuiabana *Almeida & Cia.* efetuou o completo pagamento da dívida contraída junto a Otto Franke, tornando-se a única credora de Totó Paes.

Transparece, nessa operação, a ambigüidade que cercava o comportamento do comerciante de Mato Grosso ainda em fins do século XIX: mesmo operando com crédito, e podendo financiar grandes empreendimentos, a magnitude de alguns projetos inspirava-lhe reserva e vacilação. Nesses momentos, comportava-se como um mero comerciante de físicos. *Almeida & Cia.*, misto de casa comercial e banco, somente se deixou “deslumbrar” diante da materialidade esplêndida exibida pela Usina Itaici no dia de sua inauguração. Não financiou o empreendimento, tendo unicamente assumido a dívida do proprietário junto à firma financiadora. O coronel João Batista de Almeida Filho só se encorajou a realizar essa “vultosa operação” após ter sido “ofuscado” pela estrutura física de um empreendimento prestes a ser colocado em ação.

Algumas condições conjugaram-se ainda para que no final do século XIX a casa comercial mato-grossense manifestasse também um interesse mais acentuado no sentido de intetvir diretamente na produção. Uma delas repousava na descentralização da política fundiária, que passou para a competência do Estado após a proclamação da República. Disso se aproveitou a burguesia mato-grossense para estabelecer, segundo suas conveniências, a regulamentação da venda, arrendamento e doação de terras.<sup>48</sup> Foi sensível, então, a formulação de uma política fundiária que se desenvolveu sob a égide da *concentração*. O Estado, cuja área gigantesca correspondia na época a aproximadamente 1.500.000 km<sup>2</sup>, e cuja população, segundo o recenseamento de 1890, não ultrapassava minguidos 92.827 habitantes, passou a doar a colonos, gratuitamente, áreas de no máximo 50 hectares, quando destinadas à agricultura, e de 200 hectares, quando destinadas à pecuária.<sup>49</sup> A compra e arrendamento, porém, livres de qualquer cerceamento, incidiam sobre áreas gigantescas.<sup>50</sup> Os ervais do Sul mato-grossense, por

48 Nesse momento, as normas sobre doação e venda de terras devolutas do Estado de Mato Grosso estavam consubstanciadas na Lei nº 20, de 1892, que foi regulamentada pelo Decreto nº 38, de 15-2-1893, e nas Leis nº 102, de 10-7-1895, e nº 149, de 14-4-1896. Cf. *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. 167-71.

49 Cf. com o Art. 1º, § 2º, da Lei nº 102, de 10-7-1895.

50 Os exemplos são copiosos no início do século XX. São ilustrados, por ora, com os resultados de 1903, referentes ao títulos de domínio: “Foram

exemplo, tiveram sua exploração monopolizada pela *Companhia Mate-Laranjeira*, ligada ao Banco Rio e Mato Grosso, de existência transitória, numa experiência que configurou, pela vez primeira, a interferência clara do capital financeiro na produção regional.<sup>51</sup>

Nesse momento as casas comerciais também começaram a atirar-se ao controle dos seringais, especialmente no Norte, na medida em que a elevação dos preços da borracha, nos principais centros capitalistas desenvolvidos, tornava a extração uma empresa lucrativa. Tem-se aqui, portanto, uma segunda condição que levou a casa comercial a interferir diretamente na produção, e, por certo, o crescimento significativo da exportação de borracha, nessa fase, dependeu em muito dessa interferência.

Se a tendência de arrendamento dos seringais manifestou-se mais consistente no Norte do Estado, secundariamente, nas demais regiões, os comerciantes começaram também a apropriar-se, através de compra, de grandes áreas para explorar a pecuária. Ampliavam assim sua participação direta na produção, e aprofundavam um traço característico dessa atividade econômica desde a fase colonial: a criação extensiva, cuja lucratividade repousava na exploração de grandes latifúndios.

Tem-se, enfim, uma idéia do que era a casa comercial matogrossense no ocaso do século XIX: monopolizava a navegação e o comércio de importação e exportação de mercadorias; através do

passados (...) 72 títulos de domínio, com a área total de 1.180.794 hectares, tendo sido pagos 368.546 hectares como excesso da área legal.

"(...). Existem na Repartição 122 autos de medição já aprovados e cujos títulos ainda não foram solicitados; as terras medidas contêm a área de 1.315.848 hectares, (...). Estão em andamento quarenta autos". BARROS, Antônio Paes de. *Mensagem do Presidente do Estado de Mato-Grosso Coronel ... á Assembléa Legislativa na segunda sessão ordinária de sua sexta legislatura, installada a 3 de março de 1904*. Cuyabá, Typ. Official, 1904, p. 12.

51 "Organizou-se (...) a 'Companhia Mate-Laranjeira', com o capital parcelado em 15.000 ações, de 100\$000 cada uma, das quais o Banco Rio e Mato Grosso tomou 14.540.

"A empresa destinada a desenvolver a indústria ervateira no Estado nada mais seria que simples ramo das atividades comerciais do estabelecimento de crédito, que J. Murinho dirigia." CORRÊA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murinho*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951, p. 51.

crédito, financiava a exploração de novas atividades econômicas em Mato Grosso ou a expansão das existentes, aproximando-se, em seu funcionamento, do próprio *banco*; finalmente, começava a participar diretamente da produção, arrendando e comprando terras para extrair a borracha e explorar a pecuária extensiva. Esse arrolamento reflete, por si só, o alto grau de concentração do capital levado a cabo pela casa comercial na região.

Diante da complexidade dessa casa comercial, e num mundo cujas forças escapavam aos estreitos limites regionais, é errôneo inferir que ao *novo comerciante* já não bastava o domínio dos elementos matemáticos fundamentais do cálculo, suficiente ao *antigo comerciante de físico*. A troca de correspondência com casas de todo mundo; a necessidade de colocar no mercado externo mercadorias regionais a preços competitivos; o contato permanente, e até pessoal, com centros estrangeiros; e a própria complexidade que atingia determinados mecanismos do comércio internacional, a exemplo das já referidas bolsas de produtos, poderiam ser tomados como indicadores da necessidade de um maior grau de instrução do comerciante. De fato, não foi esta a tendência. Ao contrário, à concentração do capital correspondeu o aprofundamento da divisão do trabalho. A instrução do comerciante, nessa perspectiva, passou a ser substituída por *inúmeras e particulares instruções técnicas*, exercidas por uma quantidade crescente de funcionários. Como consequência desse processo, a própria dimensão física do escritório de contabilidade aumentava dentro da casa comercial mato-grossense. Gradativamente a divisão do trabalho impunha-se no interior da empresa comercial, transformando o comerciante, cada vez mais, num estranho ao trabalho que ali se desenvolvia. Pensando o processo como um todo, a divisão do trabalho reservava ao comerciante, no limite, o lugar de puro proprietário — de parasita, portanto.

Dessa forma, a divisão do trabalho criou as condições para que o “reinado” do comerciante já não fosse exercido, necessariamente, junto ao armazém, ao contrário do que se verificava no período manufatureiro. Fundadas nessa liberação do proprietário da empresa, determinada pela divisão do trabalho, estavam criadas também as condições para que o comerciante mato-grossense se transformasse, após a Guerra do Paraguai, no homem cosmopolita que manteve contatos estreitos com os principais centros brasileiros, platinos e europeus.

### 3. O domínio da casa comercial: Auge e Osasco

A passagem do século XIX para o século XX testemunhou o auge da casa comercial, que, no seu máximo desenvolvimento, dominou a vida econômica e política do Estado até fins da década de 20. Como esse domínio repousava em bases frágeis, poucas condições conjugadas bastaram para colocá-lo rapidamente por terra.

Visando explicitar o desvendamento dessa situação contraditória, empreende-se uma descrição do funcionamento da casa comercial no seu apogeu, inicialmente, para que, em seguida, sejam assinaladas as condições que conferiam ao seu domínio o caráter de fenômeno irreversivelmente passageiro. Os "anúncios" do *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso* ilustram profusamente o auge da casa comercial mato-grossense.<sup>52</sup> Dessa fonte seleciona-se um conjunto de expressivos exemplos, que serve de base à descrição do funcionamento da casa comercial ao atingir seu máximo desenvolvimento na região:

1. *ALMEIDA & COMPANHIA*, de Cuiabá, fundada em 1870, importava "de todas as praças principaes do mundo"; exportava borracha "para Londres" e "para a praça de Hamburgo"; dispunha de dois estabelecimentos industriais: *Cervejaria Cuyabana* e *Usina Itacy*; 21 de seus "principaes seringaes" correspondiam a uma área de 58.142 hectares, onde trabalhavam "280 seringueiros, 40 tropeiros e 12 empregados para a fiscalização do serviço"; além de "terrenos próprios para a lavoura e criação de gado", possuía ainda oito "sesmarias"; sua "Secção Bancaria" executava "operações próprias" e representava "o Banco do Brasil e o London & River Plate Bank Ltda."; dispunha também de barcos próprios para a navegação e de uma filial na "villa do Rosario";<sup>53</sup>

<sup>52</sup> O *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*, editado em 1914 e impresso na cidade de Hamburgo, Alemanha, corresponde ao resultado da união de esforços de comerciantes corumbaenses. Dentre esses deve-se destacar Feliciano Simon, que se incumbiu de sua "direcção commercial e litteraria".

<sup>53</sup> *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. VI-IX.

2. A casa *FELICIANO SIMON*, de Corumbá, fundada em 1907, dedicava-se a “commissões, consignações, representações, transacções bancarias, navegação e exportação”; tinha “relações bancarias” com 25 bancos estrangeiros;<sup>54</sup> exportava “couros secos, couros salgados, xarque e outros productos saladeiristas, borracha, pennas de garça e ipecacuanha”; e representava duas companhias de seguros de transporte alemãs: *Transatlantische Gütersversicherung-Gesellschaft*, de Berlim, e *Allgemeine Versicherung-Gesellschaft für See-, Flum- und Landtransport*, de Dresden;<sup>55</sup>

3. *HENRIQUE HESSLEIN & SERGEL*, de Cuiabá, dedicava-se à “importação em geral de todos os artigos nacionaes e estrangeiros” e a “exportação directa de couros vaccuns, borracha, pennas de garça; representava o *Brasilianische Bank für Deutschland* e o *Banco Alemán Transatlántico*, e dispunha de filial em Corumbá;<sup>56</sup>

4. A casa *ALEXANDRE ADDOR*, de Cuiabá, fundada em 1865, destinava-se à “importação em geral” e “exportação de borrachas, couros e ipecacuanha”; dispunha de “seringaes proprios, situados nos rios Arinos e Paranatinga”, que abrangiam “24 lotes com uma area total de 12.000 ha e 4.500 ha respectivamente”, onde eram ocupados mais ou menos “300 trabalhadores”; possuía “campos para criação de gado”, que atingiam “uma extensão de 9.600 ha”; mantinha “3 embarcações” navegando entre Cuiabá e

54 A relação completa desses bancos é a seguinte: *Brasilianische Bank für Deutschland*, *Banco Alemán Transatlántico*, *Deutsch-Sudamerikanische Bank*, *Deutsche Bank*, *Dresdner Bank*, *Deutsch-Asiatische Bank*, *Österreichische Industrie- und Handels- Bank Verkehrsbank- Actien- Gesellschaft*, *Wiener Bankverein*, *Schweizerische Volksbank*, *Handelsbank (Amsterdam)*, *Crédito Italiano*, *Banca Commerciale Italiana*, *Crédit Lyonnais*, *Société Générale pour Favoriser etc.*, *F. M. Fernandes Guimarães & Cia. (Porto)*, *Crédit Franco-Portugais*, *Banque Nationale de Bulgarie*, *Banque Impériale Ottomane*, *Banque de Salonique*, *The Yocohama Specie Bank*, *The National City Bank of New York*, *Banco Mexicano de Comercio e Industria*, *Banco de la República (Paraguai)* e *Banco Petolense*.

É interessante verificar que, em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, Lenin caracteriza o processo de concentração bancária abordando especialmente os casos do *Deutsche Bank* e do *Crédit Lyonnais*. Esses monopólios bancários de excepcionais dimensões estavam presentes em Mato Grosso, através das casas comerciais, assim como 23 outros bancos das mais diversas partes do mundo, o que evidencia o caráter internacional do capital e o caráter capitalista do desenvolvimento mato-grossense.

55 *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. I-III.

56 *Ibid.*, p. XI-XII.

Rosário “para facilitar o transporte de mercadorias e productos”; possuía filiais em Rosário e em Diamantino;<sup>57</sup>

5. *M. CAVASSA FILHO & CIA.*, de Corumbá, fundada em 1858, dedicava-se “ao negocio, por grosso, de generos nacionaes, farinha de trigo, kerozene etc., bem como à exportação de productos do Estado”; seus sócios eram agentes-proprietários de duas “embarcações, estabelecidas na carreira do Paraguay, e agentes de outros dois vapores da Empresa Fluvial Brasil-Uruguay, na condição de “encorporadores”, que faziam “a carreira Montevideo á Corumbá, occupando-se com a conducção de cargas”; eram, finalmente, “agentes da Brasil Land, Cattle and Packing Co., companhia ligada ao Sindicato Farquahr, com séde em São Paulo”, proprietária “de Descalvados, Alegre e outros estabelecimentos da Industria Pecuaria” em Mato Grosso;<sup>58</sup>

6. *WANDERLEY, BAIS & CIA.*, fundada em Corumbá por FIRMO DE MATOS, no ano de 1876, dedicava-se à “importação, exportação, commissões, consignações, despachos, operações bancarias e navegação”; dispunha de “diversas fazendas no interior do Estado”, onde explorava a pecuária e a extração de “madeiras de lei para a construção”; possuía “uma frota importante de quatro lanchas e 9 chatas, propria para a navegação interna do Estado”, cujas linhas colocavam em contato Corumbá, Cuiabá, Porto Esperança e Aquidauana; era consignatária de três vapores de carga de firmas uruguaias, que faziam linhas entre Corumbá e Montevideú; possuía também duas filiais, uma em Aquidauana e outra em Campo Grande;<sup>59</sup>

7. *JOSETTI & CIA.*, de Corumbá, fundada em 1909, dedicava-se à “importação directa das principaes praças europeas e americanas” e à “exportação de borracha, ipecacuanha, pennas de garça, pelles, madeiras e cereaes, productos extrahidos de seu grande estabelecimento industrial, situado no municipio de Diamantino”; “iniciou (...) a plantação da borracha (*Hevea brasiliensis*) nas proprias terras onde ella é nativa”, do que esperava “abundante produção” e a possibilidade de “poder concorrer em condições vantajosas com as produções das plantações de outras partes do mundo”; mantinha, finalmente, uma “Pharmacia de Drogeria em São Luiz de Caceres”;<sup>60</sup>

57 *Ibid.*, p. XIII.

58 *Ibid.*, p. XXI.

59 *Ibid.*, p. XXII-XXVI.

60 *Ibid.*, p. XXXII-XXXIII.

8. *STÖFEN, SCHNACK, MÜLLER & CIA.*, de Corumbá, fundada em 1898, dedicava-se à “importação em geral, exportação, comissões, consignações”; realizava a “extracção e exportação de borracha de seringas próprios”; empreendia a “navegação no rio Guaporé e laguna de Cáceres” por meio de quatro lanchas; representava a Anglo Bolivian Rubber Estates Ltd., de Londres; dispunha de filiais em Aquidauana e Rio Guaporé, além de ter-se radicado na Bolívia, cuja matriz era sediada em Puerto Suárez;<sup>61</sup>

9. *VICTOR LASCLOTAS*,<sup>62</sup> de Porto Murtinho, fundada em 1898, entregava-se à importação em geral e exportação de “couros vaccuns, cerda e borracha mangabeira”, produtos que remetia para Hamburgo e Montevidéu, onde eram “vendidos por sua conta por intermedio de commissarios”; e possuía “uma filial em São Roque”, localidade situada a 22 quilômetros de Porto Murtinho;<sup>63</sup>

10. *JOSÉ DULCE & CIA.*, de Cáceres, fundada em 1871, era importadora e exportadora; seus proprietários representavam o Banco do Brasil, além de serem “banqueiros das Sociedades: Caixa Geral das Famílias, Tranquilidade e Sul America”; dispunha de um vapor de passageiros, que empreendia “viagens regulares entre Corumbá e S. L. de Cáceres” e de duas chatas “para o transporte de cargas”, além de uma “lancha a kerozene” para o serviço do interior”; possuía duas fazendas, que somavam “17.979 hectares de superfície”, onde se explorava a pecuária; dispunha de “17.920 hectares de terreno aurífero no Município de Matto-Grosso”, e mais 40.122 hectares de terrenos “próprios para a lavoura e criação”;<sup>64</sup>

11. *ANGELO REBUA & IRMÃO*, de Miranda, fundada em 1908, dedicava-se à importação em geral e à exportação, “espe-

61 *Ibid.*, p. XXXV.

62 A casa *Victor Lasclotas* ilustra a subordinação dos produtos e pequenos comerciantes do interior ao grande comerciante dos portos. A transcrição de um trecho do “annuncio” correspondente é reveladora: “Possue (*Victor Lasclotas*) uma casa filial em São Roque, á 22 kilometros de Porto Murtinho e á este ligado por uma pequena linha ferrea; esta casa está encarregada á receber os productos de exportação que, por diferentes vias terrestres, ahí chegam do interior, distribuindo ao mesmo tempo entre a clientella as mercadorias encommendadas que a casa matriz envia pela E. de F., enquanto ellas seguem ao seu destino em viagens longas por carretas, puxadas á boi, pertencentes aos commerciantes, disseminados na immensa campanha do Sul”.

*Ibid.*, p. L.

63 *Ibid.*, loc. cit.

64 *Ibid.*, p. LI-LII.



cialmente de couros vaccuns e crina"; dispunha de duas fazendas, onde criava "gado vaccun e suino de alta mestiçagem"; "na quinta da residencia particular do socio capitalista" mantinha um "campo de experimentação para a lavoura, empregando machinas modernas, aratorias, de irrigação e de sulfagem", dedicando-se "com preferencia á flori-, horti- e fruticultura, bem como á experiencias quanto á aclimatisação de plantas exóticas";<sup>65</sup>

12. *VICENTE ANASTACIO*, de Nioaque, fundada em 1871, dedicava-se à importação em geral e à exportação de "couros vaccuns, crina, borracha, paina e pennas de garça"; seu proprietário era "banqueiro da Caixa Geral das Familias, da Bonificadora e da Companhia de Seguros Sul America"; realizava "serviço regular de navegação" com uma "lança á vapor" e duas chatas; nas suas duas fazendas, "o stock de gado vaccun, composto de cruzamento com raças Chino e Zebú", constava "de 4.000 cabeças e o de cavallos de 500"; e dispunha de uma filial em Aquidauana.<sup>66</sup>

Como se depreende, as casas comerciais eram, nesse momento, os mais notórios exemplos de concentração do capital em Mato Grosso, correspondendo a estruturas extremamente complexas, já-mais conhecidas em qualquer época anterior. Exerciam o monopólio do comércio de importação; controlavam boa parte do comércio de exportação e da navegação; dispunham de "secções bancarias" que, além de empreenderem operações próprias, funcionavam como intermediárias de bancos nacionais e estrangeiros;<sup>67</sup> representavam companhias seguradoras; incorporavam indústrias; e apropriavam-se de terras para explorar a pecuária, a agricultura e a extração de produtos vegetais e minerais.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. LVIII.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. LIX-LX.

<sup>67</sup> Segue-se um registro de movimento bancário na cidade de Corumbá: "É de summa importancia o movimento bancario da praça: compra de saques sobre praças europeas, equivalentes aos productos exportados; venda de cheques sobre praças nacionaes e estrangeiras; transferencias telegraficas etc., cujas sommas são consideráveis. A cobrança de saques, no anno de 1912, por conta de praças nacionais e estrangeiras — saques locaes e de outras praças do Estado não comprehendidas — importou em Rs. 5.259:918\$630, assim distribuidos:

Feliciano Simon .....	Rs. 1.999:918\$630
Nunes & Rondon .....	Rs. 1.372:534\$080
Wanderley, Bais & Cia .....	Rs. 1.248:774\$980
Ml. Cavassa Filho & Cia. ....	Rs. 638:886\$110".

*Ibid.*, p. 332.

No plano substantivo do geral, a passagem do século XIX para o século XX testemunhou também a “viragem do velho capitalismo para o novo”, a transição “da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”.<sup>68</sup> Em outros termos, a livre concorrência, que na sua realização levou a uma progressiva concentração do capital, foi, ela própria, superada numa determinada etapa da evolução histórica desse processo de concentração ao ser gerado o monopólio. Dessa forma, o capitalismo atingiu sua “fase superior”, o *imperialismo*.<sup>69</sup>

Nessa nova etapa os bancos passaram a exercer uma nova função. Já não eram meros intermediários nos pagamentos, pois a concentração bancária havia permitido que dispusessem de somas gigantescas de capital e que aumentassem significativamente seus movimentos. Liberaram-se, dessa forma, para novas modalidades de operações, passando a encarnar não mais o capital bancário, mas sim o capital financeiro.

“Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica,

68 LENIN, V. I. *O Imperialismo...*, op. cit., p. 610.

69 Diferentes acepções são atribuídas ao termo imperialismo, o que tem concorrido para lançar confusão e gerar equívocos sobre seu real significado. Procurando evitar que a compreensão deste trabalho seja distorcida pela influência desses equívocos, transcreve-se uma definição resumida de Lenin, que se presta didaticamente à recuperação do significado científico do termo: “El imperialismo es una fase histórica especial del capitalismo que tiene tres peculiaridades; el imperialismo es: 1) capitalismo monopolista; 2) capitalismo parasitario o en decomposición; 3) capitalismo agonizante. La sustitución de la libre competencia por el monopolio es el rasgo económico fundamental, la *esencia* del imperialismo. El monopolismo se manifiesta en cinco formas principales: 1) cárteles, consórcios y trusts; la concentración de la producción ha alcanzado el grado que da origen a estas asociaciones monopolísticas de los capitalistas; 2) situación monopolística de los grandes bancos: de tres a cinco bancos gigantes manejan toda la vida económica de los EE. UU., Francia y Alemania; 3) conquista de las fuentes de *materias primas* por los trusts y la oligarquía financiera (el capital financiero es el capital industrial monopolista fundido con el capital bancario); 4) *se ha iniciado* el reparto (económico) del mundo entre los cárteles internacionales. ¡Son ya más de *cien* los cárteles internacionales que dominan *todo* el mercado mundial y se lo reparten ‘amigablemente’, mientras que la guerra no lo reparte *de nuevo!* La exportación del capital, a diferencia de la exportación de mercancías bajo el capitalismo no monopolista, es un fenómeno particularmente característico, que guarda estrecha relación con el reparto económico y político-territorial del mundo; 5) *ha terminado* el reparto territorial del mundo (de las colonias)”. LENIN, V. I. *El Imperialismo y la ...*, op. cit., p. 126-7.

unicamente auxiliar. Mas, quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições — por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras — primeiro de *conhecer com exactidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois de *controlá-los*, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de *decidir inteiramente* sobre o seu destino, determinar a sua *rendibilidade*, *privá-los de capital* ou *permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções etc.*"<sup>70</sup>

Não é difícil concluir que as empresas industriais, comerciais etc. passaram a subordinar-se efetivamente, em ritmo progressivo, aos bancos, pois o movimento da concentração bancária redundou na diminuição do número de fontes de crédito. Paralelamente, essa redução do número de empresas bancárias foi acompanhada de uma tendência detectada na forma de operação dos monopólios bancários, caracterizada pelo controle cada vez mais rigoroso das empresas clientes, via informações, que lhes assegurou o poder para decidir de fato sobre o futuro destas.

Em Mato Grosso o capital financeiro manifestou-se por duas vertentes. A primeira delas utilizou como canal a própria casa comercial, quando esta se erigiu em representante de bancos nacionais e estrangeiros. Do crédito à produção a casa comercial retirou a maior força de seu domínio econômico e político no Estado nessa fase. A sua ação implacável, porém, refletida especialmente em elevadas taxas de juro sobre empréstimos e financiamentos, gerou nos capitalistas mato-grossenses ligados à produção o anseio pela presença de bancos na região. Esse anseio encontra-se implícito, por exemplo, num depoimento do usineiro Joaquim Augusto da Costa Marques, datado de 1908:

"Não ha casas bancarias (no Estado), nem instituto algum de credito destinado á facilitar recursos á lavoura, (...).

70 LENIN, V. I. *O Imperialismo...*, op. cit., p. 601.

Si acaso a lavrador necessitar de algum capital terá que recorrer á generosidade de algum commerciante ou de algum pequeno capitalista e sujeitar-se á juros immodicos".<sup>71</sup>

Esse depoimento permite desvelar o ténue suporte em que se assentava o domínio da casa comercial, qual seja, o estágio pouco avançado do desenvolvimento capitalista regional. Se a casa comercial mato-grossense, no momento em que atingiu o seu máximo desenvolvimento, fez derivar o seu domínio econômico e político basicamente de sua condição de intermediária do capital financeiro, não há como negar que o próprio desenvolvimento regional lhe retiraria essa base de sustentação. De fato, a casa comercial só representou bancos enquanto ao capital financeiro se configurou passageiramente útil essa associação. O desenvolvimento do Estado levaria à dissociação necessária de ambos, pois assim que a região comportasse agências bancárias o capital financeiro as implantaria efetivamente, o que representaria, na prática, a ruína das "secções bancárias" das casas comerciais. A superação destas, enquanto estabelecimento de crédito, começou a concretizar-se no ocaso da década de 10 e intensificou-se no início da de 20, quando as primeiras agências do Banco do Brasil foram implantadas em Mato Grosso.<sup>72</sup>

A segunda vertente pela qual o capital financeiro se manifestou na região corporificou-se em empresas de produção e de transporte, a ele diretamente ligadas, instaladas entre fins do século XIX e início do século XX. No quadro que se segue encontra-se uma relação preliminar dessas empresas.

Este quadro, que registra empreendimentos gigantescos levados a cabo pelo capital financeiro, suscita um fato: a existência do capital em Mato Grosso, nesse momento, já não implica a existência

71 MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Canna de Assucar. In: ALBUM Graphico...*, op. cit., p. 275.

72 "A necessidade de um estabelecimento de caracter bancario que a muito tempo se fazia sentir nesta capittal, acaba de ser satisfeita com a installação, em Cuiabá, da segunda Agencia, no Estado, do Banco do Brasil.

"Em futuro próximo, segundo informações sabidas pelo Governo, outras agencias desse instituto bancario serão installadas nas cidades de Campo Grande e Tres Lagoas (...)."

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa, ao installar-se a sua 2ª sessão ordinaria da 12ª legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo Coronel ... Presidente do Estado. Cuiabá. 1922, p. 58-9.*

RELAÇÃO DE EMPRESAS LIGADAS DIRETAMENTE AO CAPITAL FINANCEIRO, IMPLANTADAS EM MATO GROSSO ENTRE 1891 e 1929

RAZÃO SOCIAL	ANO DE FUNDAÇÃO	SEDE SOCIAL	CAPITAL	FIM
Cie. des Produits Cibils	1895	Bruxelas	5.000.000 de francos	Matadouro de Descalvados
Cie. de Caoutchoucs du Matto-Grosso	1898	Anvers	1.000.000 de francos	Borracha
Société Industrielle et Agricole au Brésil	1906	Bruxelas	3.000.000 de francos	Operações diversas
Albuna S.A.	1900	Bruxelas	1.350.000 francos	Borracha
Cie. de l'Urucum	1906	Ougrée	4.700.000 francos	Minerais
Société Anonyme Gahyba	1913		1.000.000 de francos	Operações diversas
Companhia Mate-La- ranjeira	1891		1.500.000 Réis	Erva-mate
Laranjeira, Mendes & Cia.	1902	Buenos Aires		Erva-mate
Territorial Franco- Brasileira				Pecuária
Madeira and Mamoré Railway	1907		2.300.000 libras	Ferrovia
Brazil Land, Cattle and Packing Co.	1911	São Paulo	1.000.000 de dólares	Produção agropecuária
Sociedade Anonyma Fo- mento Argentino Sud- Americano	1905		174.120 libras	Operações diversas
Sociedade Anonyma Rio Branco	1913	Montevideu	423.000 libras	Produção e comerciali- zação de produtos agro- pecuários
Truste del Alto Paraguay	1909		175.000	

RAZÃO SOCIAL	ANO DE FUNDAÇÃO	SEDE SOCIAL	CAPITAL	FIM
Deambrósio, Legrand & Cia.		Montevidéu		Saladeiro Miranda
Moali & Grosso Lesdesma				Saladeiro Matto-Grosso
G. C. Dickinson & Cia.				Saladeiro
Pinsdorf & Cia.				Saladeiro
Coxim Gold Dredging C.	190?			Ouro
Brumado Gold Dredging C.	190?		500.000 pesos-ouro	Ouro
Diamantino Gold Dredging C.	190?			Ouro
Cabaçal Gold Dredging and Exploration C.	1905		500.000 pesos-ouro	Ouro
Transpacific Mining and Exploration C.	190?	(Austrália)		Ouro
Matto-Grosso Gold Dredging C.	1905	Buenos Aires	1.000.000 de pesos-ouro	Ouro
The Brazilian Meat Company				Pecuária
The Miranda Estancia Company				Pecuária
Sud-Américaine Belge S.A.				Pecuária
The Agua Limpa Syndicate				Pecuária
Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brazil	1903			Ferrovia

FONTES: *ALBUM Graphico...* (1914), p. 57, 151 e 254; CASTRO, Ana Célia (1979), p. 106, 108-9, 113 e 123; CORRÊA, Francisco de Aquino (1919), p. 111; CORRÊA FILHO, Virgílio (1951), p. 51; LISBOA, Miguel Arrojado (1909), p. 85-6; MARQUES, A. (1923), p. 156-7; MENDONÇA, Estevão de (1919), v. 1, p. 52-3; STOLS, Eddy (1971), p. 264-5; STOLS, Eddy (1975), p. 69-71; VALVERDE, Orlando (1972), p. 112. Ver *Bibliograf. in fine.*

de uma classe de capitalistas mato-grossenses. A concentração é tão elevada, nessa fase da sociedade capitalista, que os pequenos burgueses estão excluídos das atividades econômicas mais importantes. Em resumo, já não mais surgem burgueses nacionais.

A ação das empresas ligadas diretamente ao capital financeiro, que eliminou a mediação da casa comercial, começou por intensificar o processo de concentração da propriedade fundiária e da produção em Mato Grosso. É o que se evidencia em seguida.

A *Companhia Mate-Laranjeira*, entre 1891 e 1902, e a *Laranjeira, Mendes & Cia.*, sua sucessora, posteriormente, monopolizaram a exploração da erva-mate numa área arrendada junto ao Estado que excedia a 3 milhões de hectares, reduzida em 1916 para 1,8 milhão de hectares. A última dessas empresas, além da área arrendada, dispunha de 271.026 hectares em 1423, adquiridos através de compra, nos municípios de Bela Vista e Ponta Porã.<sup>73</sup>

Para explorar a pecuária, a *Brazil Land, Cattle and Packing Co.* detinha propriedades em Cáceres, Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, que somavam juntas 2.553.205 hectares. *The Brazilian Meat Company* possuía duas propriedades, uma em Três Lagoas e outra em Aquidauana, que correspondiam a 316.010 hectares. A *Fomento Argentino Sud-Americano* dispunha de 726.077 hectares no município de Corumbá. A *Territorial Franco-Brasileira* detinha 414.803 hectares em Miranda e Corumbá. Ainda em Miranda, uma área de 219.506 hectares era explorada por *The Miranda Estancia Company*. A *Sud-Américaine Belge S.A.* dispunha de 117.060 hectares em Corumbá, onde a *Sociedade Anonyma Rio Branco* possuía também 549.156 hectares. Em Três Lagoas, *The Agua Limpa Syndicate* apropriou-se de uma área de 180 mil hectares.<sup>74</sup>

Como essas empresas não se localizaram somente em áreas inexploradas, exacerbaram o processo de concentração fundiária em Mato Grosso. Como já se acentuou, desde o início da fase republicana, sob a subordinação da política estadual de terras, a região era alvo de um intensivo processo de concentração. Ilustra-o o quadro subsequente, no qual são discriminados números de títulos e de concessões de terras expedidos pelo governo mato-grossense.

73 MARQUES, A. *Matto Grosso: Seus Recursos Naturaes, Seu Futuro Economico*. Rio de Janeiro, Pap. Americana, 1923, p. 157.

74 *Id.*, *ibid.*, p. 156-7.

NÚMEROS DE TÍTULOS E CONCESSÕES DE TERRAS EXPEDIDOS PELO GOVERNO DE MATO GROSSO - 1908-1929

ANOS	1908	1914	1921	1926	1929
DISCRIMINAÇÃO					
Títulos provisórios	49	126	183	89	107
Área abrangida (em ha)	101.973	318.398	402.362	200.002	223.395
Área média por propriedade	2.081	2.527	2.199	2.247	2.088
Títulos definitivos	25	17	50	76	61
Área abrangida (em ha)	121.002		386.732	340.200	427.179
Área média por propriedade	4.840		7.735	4.476	7.003
Concessões gratuitas		14	51		
Área abrangida (em ha)		700	2.950		
Área média por propriedade		50	58		

FONTES: CORRÊA, Mário (1927), p. 152; COSTA, Pedro Celestino Corrêa da (1909), p. 15; COSTA, Pedro Celestino Corrêa da (1922), p. 59-60; MARQUES, Joaquim Augusto da Costa (1915), p. 48-9; TOLEDO, Annibal (1930), p.80. Ver Bibliogr. in fine.

Mesmo sendo esparsos, os dados deste quadro configuram algumas características do processo de concentração fundiária em Mato Grosso, tal como se desenvolveu independentemente da ação das empresas ligadas diretamente ao capital financeiro. É curioso verificar, por exemplo, como aumentava a área média das propriedades adquiridas por compra ao Estado entre a emissão dos títulos provisórios e a dos títulos definitivos. A área média correspondente aos primeiros oscilava entre 2 mil e 2.500 hectares, enquanto ascedia a 4.400, no mínimo, e 7.700 hectares, no máximo, quando da expedição dos títulos definitivos. Para todos os efeitos, porém, tal ocorrência produziu-se sob a ação controladora das normas. Ocorre que o processo de concentração fundiária em Mato Grosso implicou também a utilização intensiva de recursos ilícitos, através dos quais foram legitimadas largas posses, tal como se evidenciou na mensagem presidencial de 1909:

“Os agrimensores, em geral pouco escrupulosos e incompetentes, quando não lesam terceiros, tratando-se de confinantes,



prejudicam enormemente o Estado nas medições das terras publicas, principalmente as destinadas á industria extractiva da seringa. A maior parte, se não a totalidade, dos seringaes comprados ao Estado nestes ultimos tempos, representa menos da vigesima parte da area legalmente adquirida. Assim é que o individuo que compra 900 hectares de seringaes, tem os seus marcos dispostos de modo a abrangerem área superior de 10 a 30.000 hectares. Em consequencia deste procedimento criminoso de alguns proprietarios e agrimensores, se acham os seringaes explorados monopolizados por meia duzia de proprietarios, que, effectivamente, compraram apenas a vigesima parte. Este abuso estende-se ás terras devolutas alienadas para lavoura e industria pastoril, si bem que em menor escala".<sup>75</sup>

Em 1922 o presidente do Estado voltou à carga sobre o mesmo tema, exortando a Assembléa Legislativa a desenvolver mecanismos legais para a defesa das terras públicas:

"A defesa das terras publicas que representam a maior reserva economica do Estado e das quaes elle tem sido espoliado com grave prejuizo da sua cultura e povoamento, constituindo largos latifundios por processos de legitimidade duvidosa, merece de vossa parte especial carinho, no sentido de impedir que as terras incontestavelmente devolutas dos municipios do Norte sejam absorvidas por meia duzia de proprietarios, como aconteceu com algumas do Sul, especialmente nas de Tres Lagôas e Sant'Anna do Parahiba".<sup>76</sup>

Sobre as concessões gratuitas, que desencadeariam uma ação contrária à concentração fundiária, cala-se a maioria das mensagens presidenciais, o que torna essencial uma digressão sobre esse fenômeno. No quadro elaborado somente são registradas informações disponíveis relativas aos anos de 1914 e 1921. E a conclusão que ressalta é a da inexpressividade do número e da área média das con-

<sup>75</sup> COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem dirigida pelo Coronel ... 1º Vice-Presidente do Estado, em exercicio, á Assembléa Legislativa ao installar-se a 1ª Sessão da 8ª Legislatura, em 13 de Maio de 1909*. Cuyabá, Typographia Official, 1909, p. 14.

<sup>76</sup> COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem ... de 1922 ...*, *op. cit.*, p. 6.

cessões gratuitas. A análise subsequente demonstra que o silêncio das mensagens presidenciais não é fortuito, mas revela a própria essência dos objetivos reais do executivo mato-grossense, nunca revelados explicitamente no plano do discurso. No âmbito da política de terras, a concessão gratuita foi proposta como mecanismo que viabilizaria a atração de trabalhadores sem terra de outras regiões e estrangeiros. Na prática, porém, o Estado abandonou a responsabilidade direta pela execução dessa política, outorgando-a a colonizadoras particulares. Como resultado de tal transferência de responsabilidade, a colonização passou a ser realizada como um empreendimento voltado para o lucro, cujo ônus recaiu sobre os ombros de seus alardeados beneficiários, os trabalhadores sem terra.<sup>77</sup> Com esse artifício foi impedida uma intensificação desordenada do processo imigratório, já que o grosso dos aspirantes a pequenos proprietários não dispunha de meios para comprar terras. Dessa forma a expansão da pequena propriedade foi submetida a um controle rígido, cuja eficácia revelou-se em seu lento ritmo de crescimento, tendência radicalmente oposta à que se manifestava no movimento intenso e ruidoso de reprodução da grande propriedade.

Feita essa digressão, acentue-se que, sobre as bases do processo de concentração fundiária exposto, desencadeou-se, paralelamente, a ação das empresas ligadas diretamente ao capital financeiro. E essa ação desenvolveu-se no sentido de intensificar a concentração da terra, fenômeno evidenciado por VIRGÍLIO CORRÊA FILHO:

“... alguns estabelecimentos pastoris, pertencentes a sindicatos (...) fundem varias fazendas em uma só, formando novos latifúndios”.<sup>78</sup>

A concentração da produção, como resultado direto da ação dessas empresas, além do caso mais notório que se deu com o mo-

<sup>77</sup> “A firma Hacker & Comp. e Marquez Luigi Becaria Incisa foram concedidos, a cada um, 500.000 hectares de terras devolutas no Sul e no município de Cáceres, respectivamente, sem outra obrigação mais do que introduzir em cada núcleo de 10.000 hectares, pelo menos, 500 famílias, de sorte que tais concessões nada mais representam do que uma doação de terras devolutas a determinados indivíduos ou empresas, que as venderão, como e pelo preço que entenderem, aos imigrantes.” *Id., ibid., loc. cit.*

<sup>78</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Commercio, 1922, p. 346.

nopólio da *Laranjeira, Mendes & Cia.* sobre a exploração da erva-mate, pode ser exemplificada ainda através do abate bovino realizado nos saladeiros, cujos números são registrados no quadro correspondente. Para a leitura precisa desse quadro, é necessário salientar que os anos de 1918 e 1919, mesmo que limitados para configurar um tendência histórica, são significativos quando se considera que estavam compreendidos numa fase de expansão da indústria de transformação da carne, ainda como resultado direto da Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, capitais ingleses e platinos, especialmente, eram canalizados para Mato Grosso com o objetivo de implantar saladeiros. Note-se que alguns dos estabelecimentos recém-implantados ainda não se encontravam em funcionamento, mas na transição de 1918 para 1919 evidenciou-se um notável incremento do abate bovino às expensas da atuação de dois grupos: *G. C. Dickinson & Cia.*, cuja participação aumentou de 29,1% para 45,9%, e *Moali & Grosso Ledesma*, que, identicamente, teve sua participação aumentada de 11,8% para 25,9%. Observa-se ainda que os saladeiros das pequenas empresas regionais, mesmo tendo abatido uma quantidade absoluta maior de bovinos no ano de 1919, no cômputo geral tiveram sua participação relativa diminuída do ano anterior para este último: de 45,6% baixou para 21,1%. Colocando de outro forma, frise-se que o aumento do abate bovino nos saladeiros mato-grossenses, que cresceu segundo uma taxa aproximada de 145% de 1918 para 1919, foi determinado basicamente pela ação das empresas ligadas diretamente ao capital financeiro. Enquanto o incremento do abate nas pequenas empresas regionais foi de somente 14% nesse lapso, nos estabelecimentos de *G. C. Dickinson & Cia.* girou em torno de 285% e no de *Moali & Grosso Ledesma* esteve por volta de 435%.

Dentro da mesma linha de demonstração, há que evidenciar ainda o caso da *Brazil Land, Cattle and Packing Co.*, que, em 1915, foi responsável pela exportação de 25 mil das 36 mil reses, de origem mato-grossense, destinadas ao abate no frigorífico de Osasco.<sup>79</sup>

Mesmo sendo secundário no desenvolvimento deste trabalho, é importante ressaltar que não somente a produção e os transportes estiveram entre os alvos imediatos dos grupos monopolistas. EDDY

79 ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria e. *Mensagem dirigida pelo Exmo. Snr. General Dr. ... Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinaria da 10ª legislatura, em 15 de maio de 1916.* Cuiabá, Typ. Official, 1916, p. 31.

NÚMEROS DO ABATE BOVINO NOS SALADEIROS DE MATO GROSSO, 1918-1919

EMPRESAS E SALADEIROS	1918		1919	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
G. C. DICKINSON (total) .....	4755	29,1	18378	45,9
1. Saladeiro Baguary (Corumbá) ..	237	1,4	1671	4,1
2. Saladeiro Rebojo (Corumbá) ...	860	5,3	7277	18,2
3. Saladeiro Miranda (Miranda) ..	3658	22,4	9430	23,6
SOCIEDADE ANONYMA RIO BRANCO				
4. Saladeiro Barranco Branco (Corumbá) .....				
BRAZIL LAND, CATTLE AND PACKING CO.				
5. Saladeiro Descalvados (Cáceres)	2223	13,5	2858	7,1
PINSDORF & CIA.				
6. Pinsdorf & Cia. (Aquidauana) ..				
MOALI & GROSSO LEDESMA				
7. Saladeiro Matto-Grosso (Porto Murtinho) .....	1941	11,8	10364	25,9
PEQUENAS EMPRESAS REGIONAIS				
8. Saladeiro Curvo & Irmãos (Capital) .....	1414	8,6	4101	10,2
9. Saladeiro São João (Poconé) ..				
10. Saladeiro Alegre (Corumbá) ...	4884	30,0	4372	10,9
11. Saladeiro São Miguel (Poconé)..	1151	7,0		
12. Saladeiro Serrinha (Três Lagoas).				
TOTAL GERAL	16368	100,0	40473	100,0

FONTES: CORRÊA, Francisco de Aquino (1919), p. 111; CORRÊA FILHO, Virgílio (1922), p. 351. Ver *Bibliogr. in fine.*

STOLS, num estudo descritivo do capital belga em Mato Grosso, por trás do qual sempre se moviam o *Banque de l'Outre Mer* e o *Banque Africaine*, afirma que Descalvados, com sua enorme superfície, teria sido objeto de uma tentativa de implantação da versão sul-americana do Congo Belga. É necessário acentuar que essa propriedade dominava os limites do Brasil e da Bolívia, e que nesse outro país o mesmo grupo belga detinha uma área contígua. "O deslocamento dos interesses belgas para o Sudoeste Asiático", assim como a crise da borracha e a reserva diplomática do Brasil, teria sido um dos motivos, segundo STOLS, para explicar a transferência de Descalvados para a *Guarantee Insurance and Investment Co Ltd.*, ligada ao grupo Farquhar. Não por acaso, o rebanho da grande fazenda mato-grossense estava dizimado, por essa época, assim como se encontrava desativada a charqueada pioneira: a produção já não seria a preocupação primordial dos belgas nesse interregno.<sup>80</sup>

Apesar da exigência de estudos sistemáticos para que se compreendam as motivações e o fracasso dessa tentativa belga, há clareza de que a tentativa em si não foi casual, pois inseriu-se dentro do processo de partilha colonial do mundo, em grande parte desenvolvido na segunda metade do século XIX, mas que, nos seus estertores, ainda se revelava nitidamente no caso exposto.<sup>81</sup>

Voltando ao essencial, pode-se dizer que a intervenção direta na produção regional, por parte dos grupos monopolistas, minou visivelmente o poder das casas comerciais, que foram excluídas dos circuitos de comercialização dos seus produtos. O mate, por exemplo, era comercializado a partir de Buenos Aires, sede da empresa *Laranjeira, Mendes & Cia.* O "anúncio" de *Deambrosio, Legrand & Cia.*, empresa proprietária do Saladeiro Pedra Branca em Miranda, publicado no *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*, depois de especificar os locais onde poderiam ser efetuadas compras de gado, acentua que a venda de seus produtos seria realizada "exclusivamente pelo Escriptorio em Montevideo".<sup>82</sup> O caso da *Brazil Land, Cattle and Packing Co.* também é revelador, pois, enquanto empresa ligada ao grupo Farquhar, de origem norte-americana, toda a exportação de gado que empreendia com destino a São Paulo alimentava as necessidades do frigorífico de Osasco, ligado igualmente a Farquhar.<sup>83</sup>

80 STOLS, Eddy. *O Brasil se defende da Europa ...*, op. cit., p. 69-73.

81 LENIN, V. I. *O imperialismo...*, op. cit., p. 632-40.

82 ALBUM *Graphico...*, op. cit., p. LXII.

83 CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 123.

Mesmo as frotas de navegação das casas comerciais tornaram-se dispensáveis ao abastecimento e escoamento da produção das empresas ligadas ao capital financeiro. Muitas delas eram totalmente auto-suficientes, como ilustra expressivamente uma descrição relativa à *Laranjeira, Mendes & Cia.*:

"Os seus elementos de transporte são importantísimos, constando de mais de 500 carretas, 30 chatas, algumas lanchas á vapor, varios depositos, muitos animais muares, boas estradas de rodagem, sótidas pontes, 18 mil bois mansos para carretas, e 2 linhas Decauville com mais de 70 kilometros de extensão, etc. etc."<sup>84</sup>

Com tais recursos de transporte, essa empresa monopolizou a navegação pelo rio Paraná, por onde, a partir do porto de Guaíra, escoava a produção de erva-mate mato-grossense para a Argentina.<sup>85</sup>

A expansão das empresas monopólicas coincidiu também com o desenvolvimento de uma tendência à regularização do transporte fluvial na região. Essa coincidência não foi fortuita, mas decorreu do aumento do movimento portuário em Mato Grosso, como resultado direto do incremento à produção e ao consumo que se sustentou, em grande parte, na ação das empresas monopólicas. Somente o aumento expressivo da demanda viabilizou a presença do *Lloyd Brasileiro S. A.* em Mato Grosso, assim como a implantação de linhas regulares de outras empresas particulares de navegação. Dentre essas, como exemplos mais notórios, passaram a servir a região *Navegacion á Vapor (Vierci Hnos) S. A.*,<sup>86</sup> de origem paraguaia, e *Companhia Mihanowitch*,<sup>87</sup> empresa argentina. Mais competitivas e melhor instrumentalizadas para o serviço de navegação, colocaram por terra um dos principais recursos de domínio das casas comerciais: aquela

"... navegação voluntária e sómente inspirada pelos interesses mal compreendidos dos proprietarios dos vapores".<sup>88</sup>

84 *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. 255.

85 "... a empresa Mate Laranjeira (...) usufrufa a situação da exclusividade da navegação que dava acesso ao porto de Guaíra, no rio Paraná, por onde se escoava, como via natural, ao mercado argentino, a produção ervateira de Mato Grosso." LIMA, Astúrio Monteiro de. *Mato Grosso de Outros Tempos: Pioneiros e Heróis*. São Paulo, Soma, 1978, p. 20.

86 *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. IV-V.

87 CORRÊA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*, *op. cit.*, p. 393.

88 *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. 113.

É claro que os interesses dos proprietários de frotas eram cristalinamente, ao contrário do que sugere a citação, e pautavam-se pela busca constante do lucro. Meios como essa “navegação voluntária” tiveram grande eficácia no domínio exercido sobre os produtores regionais, estreitamente dependentes das frotas das casas comerciais para efeito de abastecimento e de escoamento de seus produtos. Até fins do século XIX, o pronto atendimento ao produtor sempre esteve condicionado ao seu grau de resistência às condições de compra e de transporte impostas pelos comerciantes. Porém a instalação de empresas poderosas, ligadas ao capital financeiro, encarregou-se de demonstrar a fragilidade de instrumentos de sujeição como a “navegação voluntária”. Despojadas do monopólio sobre a navegação, a partir desse instante, às casas comerciais não restou outra alternativa senão a de também estabelecer linhas regulares para suas frotas, sujeitando-se a exercer uma ação eminentemente complementar às do *Lloyd Brasileiro S. A.*, da *Navegacion á Vapor (Vierci Hnos) S. A.* e da *Companhia Mihanowitch*. Praticamente desalojadas dos grandes troncos hidroviários, recolheram-se ao domínio das vias secundárias de navegação que serviam às regiões interiores.

Nesse contexto, em que o comerciante ia tendo, progressivamente, seu espaço de manobra reduzido no plano econômico, era natural que se manifestasse, no nível político, as contradições existentes entre a casa comercial e as empresas monopólicas. A expressão mais elaborada desse tipo de conflito político configurou-se na chamada “questão do mate”, que teve como elemento gerador a ação monopolizadora da *Laranjeira, Mendes & Cia.*, e que se desenvolveu nas duas primeiras décadas do século XX a propósito da renovação de seu contrato de arrendamento dos ervais mato-grossenses. Situam-se nos primórdios da “questão do mate” as sucessivas correntes imigratórias, especialmente gaúchas, que se deslocaram para a região dos ervais a partir de 1893. A presença numericamente expressiva desses imigrantes despertou preocupações opostas nas diferentes frações da burguesia que defendiam interesses na região. De um lado, preocupavam-se os representantes do capital financeiro diante da ameaça de limitação da área de exploração, pois os imigrantes transformaram numa reivindicação permanente a posse da terra em que se instalavam. Essa posição foi exposta claramente por Manoel Jasé Murinho:

“... na situação cada vez mais melindrosa em que vai entrando o Sul do Estado com a desordenada corrente imigratoria riograndense, que, sem o menor obstaculo, vai se apossando de

terras devolutas, conviria para pôr paradeiro às ambições desenfreadas dessa gente que, dentro em pouco, ficará avassalando aquela região, constituindo um estado no Estado, subtrair-lhe ao alcance o território ainda desocupado, e isto só se faria, insensivelmente arrendando ou vendendo lotes desse território à uma empresa importante, maxime explorada por companhia estrangeira poderosa, com a qual os forasteiros e imigrantes não queriam e nem poderiam travar luta, porque esta seria até capaz de provocar a intervenção da União".<sup>89</sup>

Se, dessa forma, Murtinho fez a apologia de *Laranjeira, Mendes & Cia.*, ao mesmo tempo "empresa importante" e "companhia estrangeira poderosa", os comerciantes, de outro lado, viam a possibilidade de eliminar essa empresa defendendo o retalhamento dos ervais e a doação, ou arrendamento, das propriedades resultantes aos imigrantes. Segundo VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, Generoso Ponce manifestou numa carta de 1905 seu

"... velho plano de lotear a zona ervateira em glebas de 450 hectares para arrendá-las em hasta pública".<sup>90</sup>

Nesse momento Ponce era o principal líder político pelo lado dos comerciantes mato-grossenses. Seu fiel companheiro nas lutas políticas e armadas da primeira década do século XX, Pedro Celestino Corrêa da Costa, liderou, no clímax da "questão do mate", entre 1912 e 1916, todo o movimento de pressão pela quebra do monopólio da empresa *Laranjeira, Mendes & Cia.*

A solução para a "questão do mate" não sancionou o loteamento de toda a região ervateira, nem o monopólio do grupo que a explorava: reduziu-se à limitação da área de arrendamento para a empresa monopolista, fixada formalmente em 1.440.000 hectares, mas que ascendeu de fato a 1.880.000 hectares,<sup>91</sup> e o fracionamento

89 Carta de Manoel José Murtinho, dirigida a Generoso Ponce em 29 de dezembro de 1907. In: ——— CORRÊA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murtinho, op. cit.*, p. 189.

90 CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 603.

91 CORRÊA, Mario (Presidente do Estado de Mato-Grosso). *Mensagem à Assembléa Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura*. Cuiabá, 13 de maio de 1927, p. 22.



da parte complementar, cujos lotes passaram a ser doados aos posseiros a partir de então.

Praticamente, a solução foi o mais favorável possível à empresa monopolista, ao contrário do que supôs VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, que a interpretou como uma "vitória dos pequenos posseiros".<sup>92</sup> Estes passaram a girar sob a órbita de influência da empresa *Laranjeira, Mendes & Cia.*, que lhes comprava toda a produção de erva-mate com base em preços que ela própria fixava. Os pequenos produtores não tinham meios de reagir, pois a empresa dominava os transportes e, como decorrência, o escoamento da produção.<sup>93</sup> Transformaram-se, assim, numa reserva de mão-de-obra explorada com regularidade, desde então, por força de sua fixação à terra. Essa fixação pelo ledo do trabalho constituiu-se numa grande vantagem para o capital, se comparada ao desenraizamento da mão-de-obra paraguaia, até então quase exclusiva nos ervais, e às dificuldades decorrentes de recrutamento e de rotatividade dos trabalhadores.<sup>94</sup>

Inegavelmente, a solução da "questão do mate" correspondeu a uma derrota para os comerciantes, que só lograriam gozar da dependência dos pequenos ervateiros caso o grupo monopolista se retirasse em definitivo da região. Como tal possibilidade não se consumou pelo acordo final, saiu fortalecido o capital financeiro,

92 CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de...*, *op. cit.*, p. 606.

93 "Criou-se, destarte, uma nova fonte produtora de arva-mate: a dos particulares, que se plantaram, também, ao longo dos rios navegáveis.

"Com isto surge novo problema econômico, que entrava os produtores: o transporte controlado, como era, pela Mate, já que as embarcações lhe pertenciam. Os produtores particulares, ainda financeiramente fracos, viam-se compelidos a vender o produto exclusivamente à empresa, nas zonas de acesso aos rios navegáveis." LIMA, Astúrio Monteiro de. *Op. cit.*, p. 20-1.

94 As fontes reconhecem, unanimemente, que a *Laranjeira, Mendes & Cia.* sempre contou com mais de 3 mil trabalhadores, recrutados quase que exclusivamente no Paraguai. Na ausência de mão-de-obra, não relutou em trazer para os ervais até mesmo sentenciados pela Justiça.

Visando conter as constantes fugas e manter a ordem nos seus domínios, a empresa criou sua própria polícia, formada por assassinos a soldo, que eram conhecidos na região sob a designação de "comitiveros". Para ilustrar sua ação sanguinária, na fronteira sul de Mato Grosso são contados casos de grupos de trabalhadores paraguaios que, em breve lapso, tendo-se deslocado para a região, foram aniquilados em sua quase totalidade. Nesse sentido, os contos de Hélio Serejo são ricas fontes que merecem uma maior atenção do historiador. Ver, por exemplo, SEREJO, Hélio. *Vida de Erval*, s.n.t.

fonte da gradativa quebra de poderio da casa comercial a partir de fins do século XIX.<sup>95</sup>

Finalmente, o imperialismo impôs uma divisão regional do trabalho que estrangulou o incipiente processo de diversificação da produção, iniciado em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai, e que terminou por destruir em definitivo os últimos focos de poder da casa comercial. Empreende-se, a seguir, uma descrição genérica desse processo de diversificação da produção, acentuando-se a trajetória de cada uma das principais atividades econômicas desenvolvidas nessa fase.

O volume insignificante das exportações da Província, imediatamente após a Guerra do Paraguai, concentrava-se em grande parte sobre o gado vacum em pé. Assim, se a receita total de Mato Grosso foi de Rs. 210:719\$ em 1879, a receita derivada dos impostos de exportação atingiu somente Rs. 17:149\$, correspondente a 8,1% do montante geral. No mesmo ano, o valor bruto dos impostos que incidiram sobre 4.751 reses exportadas correspondeu a Rs. 9:503\$, equivalente em números relativos a 4,5% da receita total e a 55,4% da receita de impostos de exportação.<sup>96</sup>

Seis anos mais tarde, o quadro estava sensivelmente alterado. Os resultados de novas atividades econômicas, que começaram a ser exploradas nesse lapso, já se refletiam na receita de exportações de Mato Grosso.

A erva-mate, cuja exploração se iniciou em 1883, transformou-se rapidamente, como se observa, no principal produto de exporta-

95 No fundo, a "questão do mate" correspondeu a uma manifestação da *questão regional* em Mato Grosso, daí estar a merecer um estudo mais detido. Quando os comerciantes se voltaram contra a empresa *Laranjeira, Mendes & Cia.*, travou-se uma luta política entre duas frações da burguesia: a burguesia comercial, dominante na região durante os séculos XVIII e XIX, e a burguesia financeira, que vinha minando progressivamente o poderio da primeira desde o início da última década do século XIX. Os imigrantes gaúchos, nesse contexto, foram a massa de manobra necessária à pregação ideológica dos comerciantes, na qual se encontravam dissimulados seus reais objetivos econômicos.

96 Cf. Anexo A, Orçamento da Receita da Província de Matto-Grosso, para o exercício de 1883. In: ALENCASTRO, José Maria de. *Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Dr. ... Presidente da Província de Matto-Grosso abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 15 de junho de 1882*. Cuyabá, Typ. de J. J. R. Calhao, 1882, p. s/nº

RECEITA ORÇAMENTÁRIA DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, 1885-1886  
(EM MIL RÉIS)

ESPECIFICAÇÃO DE RECEITAS	1885		1886	
	BRUTA	%	BRUTA	%
RECEITA TOTAL . . . . .	264:269\$	100,0	263:674\$	100,0
RECEITA DE IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO:				
Total . . . . .	51:341\$	19,4	89:200\$	33,8
Gado vacum pé	11:006\$	4,2	21:102\$	8,0
Couro e peles. . .	14:129\$	5,3	11:748\$	4,4
Erva-mate . . . . .	16:854\$	6,4	40:123\$	15,2
Ipecacuanha . . . .	4:373\$	1,6	5:514\$	2,1

FONTE: FERREIRA, José Joaquim Ramos (1887), p. s/nº. Ver  
Bibliogr. in fine.

ção da Província. A extração da borracha, por seu turno, mesmo estando em franco desenvolvimento, não se refletiu no presente quadro pelo fato de que sua exportação estava isenta de impostos nessa fase.<sup>97</sup>

Por essa época, já no ocaso do Império, a moderna indústria de transformação de carne, que se implantara em Descalvados logo após a Guerra do Paraguai, apresentava sintomas de crise. Seu proprietário, Jayme Cibils y Buxareo, apelava para a presidência da Província no sentido de eximir-se de impostos sobre seus produtos de exportação, sob pena de a empresa ver-se sufocada.<sup>98</sup> Sua recuperação, porém, não foi possibilitada pela interferência da administração pública, mas sim do capital financeiro belga, que incorporou o estabelecimento à *Cie. de Produits Cibils* em 1895.

De todos os empreendimentos iniciados nas décadas de 1870 e 1880, o mais significativo foi aquele voltado para a instalação de usinas de açúcar na região de Santo Antônio do Rio Abaixo. A pioneira, que iniciou a utilização de maquinaria a vapor nesse ramo

97 FERREIRA, José Joaquim Ramos. *Relatório que o Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. ... devia apresentar á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na 2ª sessão da 26ª legislatura do dia (?) de setembro de 1887.* Cuyabá, 1887, p. s/nº. (Manuscrito.)

98 PIMENTEL, Joaquim Galdino. *Relatorio ... de 1886, op. cit.,* p. s/nº.

de produção, foi a Usina da Conceição, cujo proprietário, Joaquim José Paes de Barros, a inaugurou em 1880.

A partir de então expandiu-se a indústria açucareira em Mato Grosso, processo que culminou em 1897 com a inauguração da Usina Itaici, símbolo do fugaz apogeu econômico e político dos usineiros do Rio Abaixo.<sup>99</sup> O desenvolvimento da indústria açucareira não chegou a corresponder a uma nova alternativa econômica para efeito de incremento das exportações. As poucas informações sobre exportação de açúcar nessa fase sempre incidem sobre quantidades inexpressivas do produto, e demonstram que esse processo não se fez com regularidade. A regra foi o abastecimento do mercado de consumo regional.<sup>100</sup>

99 Nessa fase de apogeu da indústria açucareira em Mato Grosso, uma publicação italiana fez a seguinte descrição da Usina Itaici: "Notevole eziandio, nei dintorni di Cuyabá, il grande stabilimento Itaicy per la produzione dello zucchero, il cui edificio centrale, a due piani, si distende per 64 metri di lunghezza contro 44 di fondo. In codesto stabilimento si macinano ogni 24 ore 150.000 chili di canna de zucchero. Vi lavorano 500 operai. Dieci chilometri di linea Decauville uniscono le piantagioni alla fabbrica, che è illuminata a luce elettrica". Cf. *IL BRASILE e gli italiani (Pubblicazione del "Fanfulla")*. Firenze, R. Bemporad & Figlio Editori, s.d., p. 200.

O apogeu econômico desse ramo de produção refletiu-se na própria ascensão política de Totó Paes de Barros, proprietário da Usina Itaici, e sua condução à presidência do Estado em 1903. Três anos mais tarde, porém, foi destituído e morto, no auge de uma luta em que teve contra si os irmãos Murinho, ligados ao capital financeiro, e Generoso Ponce, líder maior da burguesia comercial mato-grossense.

100 Joaquim Galdino Pimentel (1881), p. s/nº, registrou a exportação de açúcar mato-grossense em 1885. Entretanto, o imposto daí derivado não foi expresso, mas sim somado aos impostos sobre outros produtos de exportação, tais como café, carne seca, crina de animais, fumo e graxa. Juntos, todos eles corresponderam a Rs. 208\$438, quantia ínfima dentro de uma receita de impostos de exportação que atingiu Rs. 51.341\$138. O *ALBUM Graphico do Estado de Matto-Grosso* (1914), p. 101-2, não citou qualquer quantidade do produto no rol de mercadorias exportadas entre 1893 e 1913.

Em 1923 Pedro Celestino Corrêa da Costa (1923), p. 86, afirmou: "Apezar de ser Matto-Grosso um Estado productor de assucar, possuindo bem montadas usinas, não fabricamos (...) esse genero de primeira necessidade nem sequer em quantidade sufficiente para o abastecimento interno, quando estamos em condições de produzil-o para a exportação".

No ano de 1927 Mato Grosso exportou 10.604 kg de açúcar para a Bolívia, segundo Mario Corrêa (1928), p. s/nº. Dois anos mais tarde, em 1929, a quantidade exportada decresceu para 3.828 kg, tendo sido distribuída da seguinte forma, segundo Annibal de Toledo (1930), p. s/nº: 3.480 kg dirigiram-se "para outros Estados" brasileiros, e 348 kg "para o estrangeiro."

Ver *Bibliogr. in fine*.

Especialmente através do caso da indústria açucareira, pode-se evidenciar as conseqüências, sobre Mato Grosso, da divisão regional do trabalho posta em prática no Brasil na passagem do século XIX para o século XX. Esta decorreu, evidentemente, da própria imposição de uma divisão internacional do trabalho pelo imperialismo, cuja essência foi colocada em relevo pelo mato-grossense Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda do governo Campos Sales e figura ligada ao capitalismo financeiro. Ao Brasil caberia, para ele,

“... produzir barato aquilo que só podemos importar caro, e importar barato aquilo que só podemos produzir caro”.<sup>101</sup>

Seria essencial ao país deixar de importar “cereais” e “gado”, produzindo-os aqui mesmo, e eliminar o viés de produzir caro mercadorias como “fósforos” e “seda”, cuja importação colocaria ao alcance do consumidor produtos mais baratos. Este viés, que marcou o processo de expansão industrial no Brasil em fins do século XIX, mereceu o combate insistente de Murtinho:

“A idéia errônea e anti-social de que a grandeza industrial de nossa pátria depende sobretudo da nossa libertação, cada vez mais completa, dos produtos da indústria estrangeira, foi provocando a aspiração de estabelecer empresas industriais de todos os gêneros, para se conseguir aquele *desideratum* pseudopatriótico”.<sup>102</sup>

É possível perceber, dentro dessa ótica, que a divisão regional do trabalho, a nível de Brasil, jamais privilegiaria o desenvolvimento industrial de Mato Grosso, região interior, afastada dos centros de consumo. Seus produtos industriais perderiam qualquer possibilidade de competir no mercado, em conseqüência dos elevados custos de transporte. Ao contrário, a divisão regional do trabalho determinou que a “vocação natural” de Mato Grosso seria a pecuária, como parte de uma estratégia de produção de alimentos para o abastecimento dos centros econômicos mais dinâmicos do Centro-Sul do país.

Os óbices que cercearam o desenvolvimento da indústria açucareira, como decorrência, podem ser apontados, de uma forma não exaustiva, como se segue:

101 *Apud* CORRÊA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murtinho, op. cit.*, p. 69.

102 *Id.*, *ibid.*, p. 68.

1. Grupos monopólicos franceses estabeleceram usinas de açúcar em São Paulo, ou adquiriram outras existentes, a partir de fins do século XIX. As últimas passaram por um processo de modernização; e todas, em 1907, foram concentradas na *Société de Sucrierie Brésilienne*,<sup>103</sup>

2. As usinas mato-grossenses, enquanto isso, sem condições de competir com grupos monopólicos em outras regiões do Brasil, enfrentando as barreiras protecionistas estabelecidas pelo Paraguai, e diante da inviabilidade de colocar seu produto na Bolívia,<sup>104</sup> operavam com elevado grau de capacidade ociosa. A indústria açucareira limitava-se a atender, cada vez mais precariamente, o mercado de consumo regional,<sup>105</sup> até que sua decadência se manifestou flagrantemente nos resultados da produção após 1930;

#### MATO GROSSO: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, 1927-1937

BIÊNIOS	TOTAL em sacas de 60 kg	ÍNDICE DE CRESCIMENTO "quantum"
		27/28-28/29 = 100
27/28-28/29	48.891	100
29/30-30/31	60.470	124
31/32-32/33	38.158	78
33/34-34/35	25.981	53
35/36-36/37	37.060	76

FONTE: CORRÊA FILHO, Virgílio (1941), p. 97. Ver *Bibliogr. in fine*.

103 CASTRO, Ana Célia. *Op. cit.*, p. 73.

104 "Demandar qualquer outro mercado estrangeiro ou brasileiro, caso houvesse excesso de produção sobre o consumo interno, não seria possível, dadas as condições actuaes das nossas vias de comunicação e meios de transporte, porque, sem duvida, o producto da venda não chegaria para cobrir as despesas.

"Os mercados que nos ficariam mais ao alcance, são os do Paraguay e da Bolívia. Aquelle, porém, após a denuncia do tratado de commercio que tinhamos com essa Republica, tornou-se inacessivel aos nossos productos por causa dos impostos, de que foram sobrecarregados, e a Bolívia é um paiz onde a produção é baratissima, devido, entre outras causas, á extraordinaria modicidade de salario e á disciplina rigorosa dos seus trabalhadores ruraes." MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Canna de Assucar. In: ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. 275.

105 COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 21 de maio de 1923, pelo Coronel ... , Presidente do Estado de Matto-Grosso*. Cuyabá, Typ. Official, 1923, p. 86.

3. Agravou a situação de decadência o “problema da super-produção” de açúcar no Brasil, que se tornou crítico no início da década de 30, e que deu margem ao surgimento do *Instituto do Açúcar e do Alcool*, em 1933. Dentro do Estado, este passou a ser o “órgão controlador de todas as atividades ligadas às indústrias açucareira e alcooleira”. Na execução de sua “política de defesa do açúcar”, o IAA estabeleceu *quotas de produção* para as usinas, “a fim de torná-las capazes de suprirem apenas as necessidades internas do país, procurando-se, deste modo, evitar novas crises de superprodução”.<sup>106</sup> Fecharam-se, definitivamente, todos os caminhos ao desenvolvimento da indústria açucareira mato-grossense. O IAA estaria mais sensível aos reclamos dos grupos monopólicos do Centro-Sul, assim como à necessidade premente de sustentar as usinas do Nordeste, região cuja economia manifestava sintomas de crise endêmica. Não seriam dez usinas mato-grossenses, com escasso poder de pressão política, que poderiam reverter tal processo. A produção ociosa e agônica as marcaria permanentemente desde então. Itaici, a principal usina de Mato Grosso, encarnou expressivamente o processo de decadência do ramo de produção açucareira na região: depois de ter produzido 11 mil sacas de 60 kg de açúcar na safra de 1929-1930, sua produção não atingiu a média anual de 3 mil sacas entre 1932 e 1937.<sup>107</sup>

A borracha, que mobilizou inclusive casas comerciais em torno de sua exploração direta, foi um surto econômico passageiro, corroído em suas bases já no início da década de 10 pela competição das colônias inglesas do Oriente. A disparidade das condições de produção nessas colônias — Java, Ceilão, Sumatra etc. — e no Brasil foi posta em evidência por Joaquim Augusto da Costa Marques em 1913. Segundo esse presidente de Mato Grosso, a vantagem maior que pesou em favor das regiões orientais foi que tudo relacionado à produção esteve sempre “matematicamente calculado e estudado”: “capitais disponíveis”, “número de homens existentes para o trabalho”, “viveres baratos”, variação salarial, “terras apropriadas”, “melhoria dos processos de elaboração do produto”, melhor acondicionamento das “bolas de borracha” para efeito de transporte, “meios de transportes bons, rápidos e econômicos” etc. etc. Os resultados dessa prática foram a diminuição constante do “custo de produção” e a intensificação do volume do produto no mercado. Enquanto os adversários se esmeravam em tornar o

106 SOUZA, Elza Coelho. *Engenhos e Usinas*. In: ——— *Tipos e Aspectos do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1975, p. 156.

107 CORRÊA FILHO, Virgílio. *A indústria açucareira...*, op. cit., p. 97.

seu produto cada vez mais competitivo, o Brasil continuava desenvolvendo a extração da borracha por meio de processo em grande parte "primitivo e simples", o que redundava no comprometimento

MATO GROSSO: EXPORTAÇÃO DE BORRACHA, 1901-1940

QUINQUÊNIOS	TOTAL em toneladas	ÍNDICE DE CRESCIMENTO "quantum" 1901-1905 = 100
1901-1905	2.138	100
1906-1910	8.277	387
1911-1915	13.072	611
1916-1920	20.928	979
1921-1925	15.403	720
1926-1930		663
1931-1935	4.669	218
1936-1940	3.979	186

FONTES: *ALBUM Graphico...* (1914), p. 120; CORRÊA, Francisco de Aquino (1919), p. 112-5; CORRÊA, Mario (1927), p. s/nº; CORRÊA FILHO, Virgílio (1922), p. 367; LIMA, Archimedes (1941), p. s/nº; PIRES, Manoel Ary da Silva (1937), p. s/nº. Ver *Bibliogr. in fine.*

MATO GROSSO: IMPOSTOS DE EXPORTAÇÃO DA BORRACHA, 1901-1935

QUINQUÊNIOS	VALOR em mil-réis	ÍNDICE DE CRESCIMENTO "quantum"
1901-1905	1.975:000\$	100
1906-1910	7.764:571\$	393
1911-1915	10.381:120\$	526
1916-1920	6.641:091\$	336
1921-1925	5.136:015\$	260
1926-1930	4.467:662\$	226
1931-1935	495:662\$	25

FONTES: *ALBUM Graphico...* (1914), p. 101-2; CORRÊA, Francisco de Aquino (1919), p. 112-5; CORRÊA, Mario (1927), p. s/nº; CORRÊA, FILHO, Virgílio (1922), p. 367; PIRES, Manoel Rry da Silva (1937), p. s/nº. Ver *Bibliogr. in fine.*



do produto final com inúmeras impurezas e na sua depreciação entre os consumidores. Paralelamente, o país ainda enfrentava a "elevação do custo desse producto" pela "falta de boas estradas e de transportes faceis e baratos que levem aos nossos seringaes tão distanciados dos portos de embarque e dos mercados consumidores e dos centros productores de viveres".<sup>108</sup> Produto totalmente voltado para a exportação, a borracha teve sua extração incrementada em Mato Grosso até 1920. Esse incremento, contudo, não correspondeu proporcionalmente a uma intensificação da participação da borracha na receita de Mato Grosso. Se entre 1907 e 1917 essa mercadoria teve papel destacado na arrecadação estadual, quando, sozinha, representou consistentemente mais da metade da receita de exportações, nos últimos anos dessa fase isso se deveu unicamente ao aumento intensivo da exportação. Para apreender-se melhor o que representou esse esforço de intensificação da produção, basta atentar para a amplitude da variação nas cotações do produto em Mato Grosso, entre 1910 e 1914. Em 1910 chegou a pagar-se Rs. 17\$000 o diagra da borracha.

O declínio dos preços do produto brasileiro iniciou-se em 1911. No ano seguinte a borracha fina foi cotada na Delegacia do Norte a Rs. 5\$800, e a Rs. 2\$780 em Corumbá. Em 1913 o preço caiu para Rs. 4\$400 na primeira região. Finalmente, em 1914 o produto foi cotado a Rs. 3\$802 o quilograma na Delegacia do Norte, e até a menos de Rs. 2\$000 em Corumbá.<sup>109</sup>

A depreciação da borracha foi apagando a importância dessa atividade econômica. Capitais foram crescentemente desmobilizados de sua exploração. Entre 1931 e 1935 estertorava a produção mato-grossense. Para ilustrar esse fato, basta indicar que o montante dos impostos de exportação arrecadado pelo Estado nessa fase de decadência, mesmo incidindo sobre uma produção dobrada, correspondeu a uma receita quatro vezes menor que a auferida entre 1901-1905.

108 MARQUES, Joaquim A. da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. ... Presidente do Estado á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2ª sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 13 de maio de 1913*. Cuyabá, Typ. Official, 1913, p. 64-70.

109 MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Mensagem dirigida pelo Exmo. Sr. Doutor ... Presidente do Estado á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 1ª secção ordinaria da 10ª Legislatura em 13 de maio de 1915*. Cuyabá, 1915, p. 54. (Manuscrito.)

O desenvolvimento da indústria do charque em Mato Grosso também exige ser deslindado. Essa indústria, estacionária até por volta de 1905, expandiu-se com grande intensidade exatamente quando começavam a implantar-se os grandes frigoríficos do capital monopolista em São Paulo.

Ora, à primeira vista poderia parecer que as charqueadas mato-grossenses seriam extemporâneas, na medida em que corresponderiam a competidoras dos frigoríficos industriais no aproveitamento de uma mesma matéria-prima. Essa competição por certo comprometeria a exportação de gado, diminuindo o seu volume, o que representaria o próprio comprometimento da função econômica atribuída pelo imperialismo a Mato Grosso através da divisão regional do trabalho. Afinal, esta impunha à região a exportação de gado em pé para que fosse abatido nos matadouros industriais paulistas.

MATO GROSSO: EXPORTAÇÃO DE CHARQUE, 1905-1939

QUINQUÊNIOS	TOTAL em toneladas	MÉDIA ANUAL	ÍNDICE DE CRESCIMENTO "quantum" 1905-1909 = 100	VALOR DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO em mil-réis
1905-1909	1.978	395,6	100	49:438\$
1910-1914	8.084	1.616,8	409	202:589\$
1915-1919	17.646	3.529,2	892	537:778\$
1920-1924	22.763	4.552,6	1.151	1.031:754\$
1925-1929	23.965	4.793,0	1.211	1.466:228\$
1930-1934	21.504	4.300,8	1.087	1.521:108\$
1935-1939	21.268	4.253,6	1.075	-

FONTES: ALBUM Graphico... (1914), p. 102-120; CORRÊA, Mário (1927), p. s/nº; CORRÊA FILHO, Virgílio (1922), LIMA, Archimedes (1941), p. s/nº; PIRES, Manoel Ary da Silva (1937), p. s/nº. Ver Bibliogr. in fine.

A incoerência é aparente. Mas, para que seja evidenciada na sua condição de mera aparência, impõe-se um exame mais detido das transformações que se operavam na indústria da carne, especialmente em centros como o Uruguai e a Argentina.

Nesses países, grandes produtores de gado, também estavam sendo implantados os grandes frigoríficos do capital monopolista.<sup>110</sup> A indústria de charque, que atingira seu apogeu entre 1895 e 1909, com a competição dos frigoríficos se esboroou. Os rebanhos platinos já eram de superior qualidade no início do século, e, na medida em que a técnica de frigorificação assegurava um maior aproveitamento da carne e o pleno aproveitamento dos demais subprodutos do gado, o que se refletia em melhores preços oferecidos pelos frigoríficos, a maior taxa de lucro propiciada aos pecuaristas os levaria, fatalmente, a privilegiar os matadouros industriais em detrimento dos saladeiros e charqueadas.

Entre os grandes clientes do charque platino, repentinamente desprovidos do produto, encontravam-se países como a Inglaterra, Cuba e o próprio Brasil. No caso brasileiro, volume significativo de

#### URUGUAI: EXPORTAÇÃO DE CHARQUE, 1890-1934

QUINHÊNIOS	TOTAL em toneladas	MÉDIA ANUAL
1890-1894	211.363	42.272,6
1895-1899	266.087	53.217,4
1900-1904	263.128	52.625,6
1905-1909	221.194	46.298,8
1910-1914	180.463	36.092,6
1915-1919	31.727	6.345,4
1910-1924	80.233	16.046,6
1925-1929	47.565	9.513,0
1930-1934	6.841	1.368,2

FONTE: FOURNIER, Agustín Ruano (1936), p. 379-2. Ver *Bibliogr. in fine*.

seu rebanho também estava sendo desviado para aproveitamento industrial nos frigoríficos do Centro-Sul. Esse desvio refletiu-se na diminuição da produção saladeiril,<sup>111</sup> o que aguçou ainda mais as

110 No Uruguai surgiram quatro frigoríficos: *La Frigorífica Uruguaya* (1902), que deu lugar, posteriormente, ao *Frigorífico Nacional*; *Swift* (1911); *Artigas* (1915) e *Anglo del Uruguay* (?). Cf. FOURNIER, Agustín Ruano. *Estudio económico de la producción de las carnes del Río de la Plata*. Montevideo, Peña y Cia., 1936, p. 184-6.

111 Entre 1906 e 1910 foram abatidas 591.260 reses nos saladeiros brasileiros. A quantidade do abate saladeiril caiu para 55.060 cabeças no quinquênio 1926-1930.

*Id.*, *ibid.*, p. 145.

dificuldades do país no sentido de abastecer os mercados do Nordeste, Norte e Centro-Sul. O charque tinha, então, consumo assegurado, pois era um alimento típico do trabalhador.

Nesse espaço penetrou a indústria de charque mato-grossense. O rebanho regional era conhecido, na época, por sua inferior qualidade e, exatamente por dispor de exígua quantidade de carne, só poderia ter aproveitamento industrial lucrativo nos saladeiros e charqueadas.<sup>112</sup> Conjunturalmente, a Primeira Guerra Mundial favoreceu a expansão dessa indústria, quando a demanda por alimentos se intensificou nos países em conflagração.

O pico da produção de charque em Mato Grosso ocorreu entre 1924 e 1925, quando atingiu 7.297 t e 7.366 t, respectivamente, decrescendo progressivamente a partir de então, até estagnar por volta de 4.300 t anuais.<sup>113</sup>

Pela consideração das empresas monopolistas que exploravam a indústria de charque na região, verifica-se que suas sedes eram ou Buenos Aires ou Montevideú. ORLANDO VALVERDE apercebeu-se desse fato e, na análise do que representava, ultrapassou-o:

"Os capitalistas platinos, ligados a interesses ingleses, organizaram a economia pastoril dessa grande região (bacia do Prata), independentemente de fronteiras políticas".<sup>114</sup>

112 "El Brasil (...) poseía grandes rebaños de cebú, animal de gran esqueleto y carne inferior (...).

"Como la cría se hacía en condiciones económicas y esta carne así obtenida daba muy buen tasajo, la industria saladeril tuvo un rápido crecimiento en el Brasil, llegando en la actualidad a funcionar cincuenta saladeros en toda la parte sur sobre el Atlántico y los ríos interiores."

*Id., ibid.*, p. 66.

"No Pantanal imperou durante todo esse período o sistema do livre pastoreio. Embora não houvesse uma seleção dirigida, as condições naturais foram forjando uma variedade de gado que se tornou conhecida pelo nome de 'boi pantaneiro' e, fora do Estado, pelo de 'cuiabano'. Eram animais de pequeno porte, magros e musculosos, bons para fazer charque."

VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34(1):49-144, jan./mar. 1972, p. 115.

113 TOLEDO, Annibal (Presidente do Estado de Matto-Grosso). *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária de sua 15ª legislatura*. Cuyabá, Typ. Oficial, 1930, p. s/nº.

114 VALVERDE, Orlando. *Op. cit.*, p. 114-5.

A interpretação de VALVERDE é absolutamente correta para o caso de Mato Grosso. Quanto ao essencial, sua afirmação evidencia os centros platinos no exercício de mediação entre a produção mato-grossense e o capital financeiro de origem inglesa. Como única restrição à análise de VALVERDE, deve-se reconhecer a sua implícita unilateralmente, já que o capital, inclusive o "nacional", ignora *sempre* as "fronteiras políticas". O que ocorreu na região não foi um fenômeno específico, mas sim um evento que configurou o movimento do capital tal como ele se realiza em regra.

A ferrovia, meio por excelência de expansão do imperialismo no século XIX e início do século XX, promoveu transformações profundas nessa situação ao instalar-se em Mato Grosso. A *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil* não reforçou as empresas monopólicas estabelecidas nos centros platinos, mas sim as sediadas num novo pólo, constituído pelo eixo São Paulo — Santos. Foi gerado, dessa forma, um conflito de interesses entre os grupos monopólicos sediados em Buenos Aires e Montevideú, de um lado, e os vinculados a São Paulo, de outro. As elaborações geopolíticas, que se fixam sobre evidências ilusórias, têm procurado minimizar e desfigurar esse conflito econômico, reduzindo-o às suas dimensões nacionais. Tal é, por exemplo, o sentido de um tipo de interpretação que confere à construção da Noroeste do Brasil objetivos estratégicos, de integração nacional.<sup>115</sup> Resulta velado, portanto, o fenômeno do imperialismo. Ao capital, no seu movimento, importa somente reduzir os custos de produção e de transporte das mercadorias, visando a consecução de maiores taxas de lucro. No caso mato-grossense, o barateamento dos transportes, propiciado pela via férrea, determinou o deslocamento da hegemonia econômica platina para o eixo São Paulo—Santos. Frise-se que ao agente desse deslocamento, o capital monopolista, configurou-se indiferente ter como razão social centros "nacionais" ou "estrangeiros". Somente uma maior taxa de lucro o levou a privilegiar a "solução nacional".

O desenvolvimento da indústria de charque, em Mato Grosso, teve uma relação diretamente proporcional ao grau de poder dos grupos monopólicos platinos. Daí ter a Noroeste do Brasil minado profundamente essa indústria, mesmo que, numa última tentativa de adaptação, o pequeno capital mato-grossense tenha desenvolvido charqueadas junto ao eixo ferroviário.<sup>116</sup> Essa solução não seria

115 *ALBUM Graphico...*, *op. cit.*, p. 150-1.

116 Instalaram-se "à margem da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil": 1) no município de Miranda: "Saladero Pedra Branca"; 2) no município de Aquidauana: "Saladero Aquidauana"; 3) no município de Campo Grande:

suficiente para a sustentação da indústria de charque, pois progressivamente o rebanho bovino mato-grossense vinha passando por um processo de melhoramento, como resultado da introdução de reprodutores de qualidade e de inovações nas pastagens. Sabe-se que os grupos monopólicos sediados em São Paulo, especialmente a *Brazil Land, Cattle and Packing Co.*, lideraram esse processo no Sul do Estado.<sup>117</sup> Não se deve, entretanto, menosprezar a contribuição de tropeiros de outros Estados, que se deslocavam para Mato Grosso objetivando comprar gado magro. Conhecedores das necessidades da pecuária regional, sempre traziam consigo bons reprodutores, o que prontamente lhes assegurava trocas e maiores vantagens nos negócios.<sup>118</sup> O melhoramento do rebanho mato-grossense começou a tornar viável seu aproveitamento industrial nos frigoríficos de São Paulo. Daí a decadência e sucessiva estagnação da indústria de charque, depois de 1925, e daí também a possibilidade de implantação dos primeiros frigoríficos na região, já na década de 50, o que correspondeu ao último e definitivo golpe sobre os saladeiros e charqueadas.<sup>119</sup>

"Saladero Campo Grande", "Xarqueada Eliseu Cavalcanti", "Xarqueada Salustiano de Lima", "Xarqueada Antonio Ignacio da Silva", "Saladero Rio Pardo" e "Saladero Esperança"; e 4) no município de Três Lagoas: "Saladero Serrinha", "Xarqueada Matto Grosso", "Xarqueada Santa Luzia", "Xarqueada Villa Velha" e "Xarqueada Tombo". Cf. MARQUES, A. *Op. cit.*, p. 163-4.

117 "Relativamente á introdução de reproductores, até hoje a acção official nada produziu. (...) A iniciativa particular, sob esse ponto de vista, está produzindo muito melhores resultados. A Brazil Land Company introduziu, até ao anno p. passado (1915), 651 cabeças de gado puro sangue de raças diversas, predominando a raça *Hereford*, cuja rusticidade e vigor parecem indical-a como das melhores para a base da reconstituição dos rebanhos neste Estado."

ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria e. *Op. cit.*, p. 29.

"A fazenda do Capão Bonito, de propriedade da Brasil Land Packing, é já um modelo de pecuaria moderna, onde se aclimatam e reproduzem os mais finos especimens de bovinos."

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem ... de 1923 ...*, op. cit., p. 6.

118 "... aos poucos foi incrementado o comércio de preferência de bois magros, tanto para as invernadas do Sul do Estado como os destinados aos campos de invernadas dos Estados de São Paulo e Paraná.

"Muitas dessas transações comerciais eram feitas, no início, na base de trocas com Touros Reprodutores, pois grande era o número de tropeiros (indivíduos que se ocupam da compra e venda de tropas de gado) que visitavam a região, conduzindo os seus exemplares de fina raça, a fim de introduzir na região, animais de melhor sangue, com o objetivo de valorizar a qualidade do rebanho pantaneiro."

COSTA, Paulino Lopes da. *Alguns aspectos que originaram a economia do pantanal do município de Corumbá*. (Corumbá), 1978, p. 14.

119 BENITES, Miguel Giménez. Nota sobre os frigoríficos do Sul de Mato Grosso. In: ——— *Anais do I Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEMT*. Corumbá, CPC-USMT, 11 a 13 de novembro de 1977, p. 134-8.

Estava firmada, definitivamente, a supremacia de uma nova forma de economia, em que o capital se revelava na sua expressão mais pura. Os rios da bacia do Prata, enquanto vias naturais de comunicação e transporte, foram substituídos pela ferrovia, que encarna, por excelência, uma relação social. Igualmente, foram promovidos o melhoramento qualitativo do rebanho e a substituição de pastagens naturais etc. etc.

As pressões sobre a indústria de charque mato-grossense, geradas por interesses dos grupos monopólicos sediados em São Paulo, foram muito expressivas da divisão regional do trabalho que se impunha e dos recursos mobilizados para realizá-la. Seguem-se dois exemplos.

O primeiro está fartamente documentado na *Mensagem presidencial de 1922*, época em que um controle rigoroso estava sendo efetuado pelo Ministério da Agricultura sobre os saladeiros e charqueadas de Mato Grosso. Os agentes desse controle chegaram mesmo a impedir o funcionamento de alguns estabelecimentos, estribados na justificativa de que não atendiam às novas normas para funcionamento dos matadouros industriais. Transcreve-se um esclarecedor depoimento do presidente do Estado sobre o caso:

“... chegou ao conhecimento do meu Governo a informação de que prepostos do Ministério da Agricultura no Sul do Estado estavam impedindo a fabricação de xarque e embaraçando, dest’arte, o nosso commercio de exportação, sob o fundamento de que as xarqueadas instaladas naquella zona e em funcionamento se encontravam em desaccordo com os termos do regulamento daquelle departamento da administração federal, de 30 de Novembro de 1921”.<sup>120</sup>

O executivo estadual assumiu, em sua plenitude, a defesa da indústria regional, mesmo porque, à época, a própria exportação de gado em pé estava comprometida pela

“... desvalorização que se verificou em todos os productos da industria pastoril, depois da Lei 806, de 6 de novembro de 1919”.<sup>121</sup>

<sup>120</sup> COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem ... de 1922 ...*, op. cit., p. 40.

<sup>121</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 38.

A resposta à retração na exportação de gado em pé, a partir de 1919, foi a intensificação da produção saladeiril. Entretanto, dois anos depois, ainda em meio à "crise dos preços", o Ministério da Agricultura, por meio de novas normas, comprometeu essa forma de compensação econômica que Mato Grosso havia posto em prática. Contrariava-se, dessa forma, os interesses gerais da pecuária regional. Logo, não surpreende o irrestrito apoio do governo estadual à causa dos saladeiros e charqueadas, mesmo porque os resultados da aplicação do regulamento federal já se faziam sentir.

"Tal exigência tem determinado já o fechamento de diversas pequenas xarqueadas sem que seus proprietários consigam guias para exportação de seus productos antes manufacturados, o que lhes tem causado avultados prejuizos".<sup>122</sup>

O processo de concentração da produção encontrava-se em marcha, assim como estava fadada à derrota, a longo prazo, a causa imediata da presidência do Estado. A situação relatada, no conjunto, correspondeu somente a uma das primeiras escaramuças de uma luta econômica que terminaria na década de 50.

A ação do governo federal, neste caso, deve ser evidenciada com maior clareza. Os regulamentos gerais e sua execução denotam a máquina estatal realizando explicitamente o jogo do capital monopolista, então corporificado nos frigoríficos paulistas. O exemplo ilustra, expressivamente, o Estado funcionando como um aparato a serviço de uma fração hegemônica da burguesia, o que contribui para desmistificar as interpretações que o colocam acima das classes e frações de classes, onde pairaria, pretensamente neutro e imparcial como um juiz das ações destas.<sup>123</sup>

Outro recurso manipulado para efeito de realização da divisão regional do trabalho é evidenciado através do segundo exemplo. Refere-se à política de frentes adotadas pela *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*. Os estudiosos manifestam-se intrigados, consistentemente, com determinadas medidas administrativas da direção dessa via férrea, que revelariam ausência de qualquer sentido de racionalização, de planejamento, enfim. Essa deficiência expressar-se-ia, por exemplo,

<sup>122</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 42.

<sup>123</sup> LENIN, V. I. Acerca del Estado. In: ——— *Obras Escogidas en doce tomos*. Moscú, Editorial Progreso, 1977. t. 10 p. 60-89.



no paradoxo dos fretes que incidiam sobre produtos industriais derivados da transformação da carne e sobre o gado em pé. Os produtos industriais, entre os quais se encontrava o charque, permitiriam o pleno esgotamento da capacidade de transporte de um vagão de carga, enquanto o transporte de gado em pé se revelava permanentemente ocioso, pois não se coloca boi em cima de boi. Nestas condições, o planejamento administrativo apontaria para a imposição de fretes mais elevados à exportação de gado em pé, como forma de compensar a ociosidade do transporte. Entretanto, colocou-se em prática exatamente o inverso.<sup>124</sup>

Esses estudiosos não chegaram a atentar para o fato de que essa ausência de planejamento correspondeu a mais um instrumento do capital monopolista para realizar a divisão regional do trabalho que lhe interessava, na qual a Mato Grosso caberia basicamente exportar gado bovino em pé para São Paulo. Logo, impõe-se, não a conclusão de que haveria deficiência de planejamento no caso, mas a de que o não-planejamento é o modo mesmo de ser do capital.

A Noroeste do Brasil permite verificar, ainda, como o capital monopolista pensou e utilizou o transporte em função de seus interesses materiais. Essa ferrovia foi financiada por capitais franco-belgas,<sup>125</sup> exatamente num momento em que especialmente grupos belgas tinham grandes interesses econômicos localizados em Mato Grosso. A *Brazil Land and Cattle Packing Co.* presta-se a uma ilustração mais expressiva; essa empresa invernavia gado em suas fazendas de Campo Grande e Três Lagoas, ambos os municípios servidos pela Noroeste do Brasil, e exportava para São Paulo, através da via férrea, gado gordo destinado ao abate no *Frigorífico de Osasco*. É essencial relembrar que tanto aquela empresa como este matadouro industrial

124 "... como não existem armazéns frigoríficos em toda essa região (Mato Grosso), a Estrada (de Ferro Noroeste) não pode fazer senão o transporte do gado em pé, que tanto por ser de frete baixo quanto pelo fato de encher vagões em volume sem os lotar em peso, somente acarreta prejuízos, e os de maior vulto, à estrada de ferro."

AZEVEDO, Fernando de. *Um Trem Corre para o Oeste*. 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d., p. 115-6.

"De trem viaja somente gado gordo, vivo, que vai direto para o frigorífico. Não se remete pela ferrovia gado já abatido, por duas razões: 1ª — ela não dispõe de vagões-frigoríficos; 2ª — o boi morto pagava na NOB um frete cerca de 20 vezes mais caro que o boi vivo. Não obstante, isto é uma deficiência grave da estrada de ferro, que precisa ser sanada, se já não o foi, visto que tal política tarifária é altamente prejudicial à empresa: um vagão da NOB transporta 18 reses vivas, mas pode transportar, em seu lugar, 80 reses mortas."

VALVERDE, Orlando. *Op. cit.*, p. 117.

125 STOLS, Eddy. *O Brasil se defende da Europa ...*, *op. cit.*, p. 71.

pertenciam ao espólio Farquhar nesse momento. Logo, a Noroeste do Brasil era o tentáculo que articulava, para um mesmo grupo monopólico, neste caso, as fontes de matéria-prima e os estabelecimentos industriais que a transformavam. Exatamente nessa interdependência das regiões econômicas repousava a concepção de divisão regional do trabalho, e neste exemplo a vemos em plena realização.

Na medida em que os grupos monopólicos sediados em São Paulo impuseram uma rede de transportes para Mato Grosso, também os comerciantes locais foram despojados de qualquer fonte de poder econômico. Essa rede de transporte, que correspondeu ao assalto final contra as casas comerciais, teve seu momento culminante quando da inauguração da Noroeste do Brasil, mas consolidou-se com as estradas de rodagem que alimentavam essa ferrovia. Dentre elas merece destaque a rodovia que ligou Cuiabá a Campo Grande, cuja instalação resultou na progressiva sustação do movimento fluvial entre a capital do Estado e Corumbá.<sup>126</sup> Campo Grande transformou-se, a partir de então, no grande entreposto comercial de Mato Grosso, capturando uma função que vinha sendo exercida por Corumbá desde a abertura dos rios da bacia do Prata à navegação. A ferrovia e as estradas de rodagem venceram os rios. Expressão material da vitória da ferrovia foi o desenvolvimento intenso de Campo Grande, enquanto a decadência em que se afundou Corumbá foi o reflexo dramático da derrota dos rios.

Dessa forma, as frotas de navegação das casas comerciais, que já haviam sofrido o impacto da auto-suficiência das empresas vinculadas ao capital financeiro, com a subordinação econômica da região ao eixo São Paulo-Santos, através da Noroeste do Brasil e das estradas de rodagem, deixaram de ter qualquer importância sobre o escoamento da produção regional e sobre o abastecimento do interior. Aconteceu, como decorrência, a desativação progressiva dessas frotas.

126 "... a ligação do Norte ao Sul por uma via de comunicação povoável é o problema máximo do nosso Estado.

(...)

"Dahi a minha idéia de renunciar ao aproveitamento da navegação fluvial de Corumbá a Cuyabá, como caminho unico para o progresso que tem de nos vir do Sul. (...)

"Esse pantanal infindo (que separa as duas cidades) não póde ser habitado tão cedo. Por isso me firmei no pensamento de melhorar e povoar o caminho de Campo Grande-Coxim-Cuyabá, mais curto, de construcção mais facil e economica do que qualquer outro, atravessando terras fertéis e, portanto, povoaveis por colonias agrícolas (...)."

TOLEDO, Annibal. *Op. cit.*, p. 10-1.

Completava-se o processo de ruptura do poder econômico e político do comerciante mato-grossense. A solidez desse poder já havia sido abalada com a instalação de bancos na região, evento que levou as "secções bancárias" das casas comerciais à desativação automática. A implantação de empresas monopólicas no Estado enfraqueceu ainda mais o comerciante, na medida em que seu estabelecimento foi marginalizado dos circuitos de comercialização das mercadorias que aquelas produziam. A erva-mate, produto em plena exploração ainda na década de 30, quando já agonizava a da borracha e a do charque, presta-se a um exemplo elucidativo. A produção e a comercialização dessa mercadoria foram praticamente monopolizadas pela empresa *Laranjeira, Mendes e Cia.*, situação que lhe permitiu transformar-se no mais poderoso grupo econômico regional, cuja receita chegou a corresponder ao quádruplo da arrecadação estadual,<sup>127</sup> e na maior credora da dívida do governo mato-grossense no final da década de vinte.<sup>128</sup> Como decorrência, influenciou mais intensamente a vida

MATO GROSSO: EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE, 1906-1940

QUÍNQUÊNIO	TOTAL em toneladas	MÉDIA ANUAL	VALOR DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO em mil-réis
1906-1910	25.117	5.023,4	1.384:519\$
1911-1915	27.535	5.507,0	1.540:357\$
1916-1920	31.642	6.328,4	1.632:305\$
1921-1925	44.957	8.991,4	2.319:544\$
1926-1930	65.904	13.180,8	4.467:628\$
1931-1935	49.131	9.826,2	3.336:028\$
1936-1940	60.695	12.139,0	—

FONTES: *ALBUM Graphico...* (1914), p. 101-2, 120 CORRÊA, Mario (1927), p. s/nº; CORRÊA FILHO, Virgílio (1922), p. 366; LIMA, Archimedes (1941), p. s/nº; PIRES, Manoel Ary da Silva (1937), p. s/nº. Ver *Bibliogr. in fine*.

127 Em 1922 "a receita bruta dessa Empresa teria sido de 26.198:875\$000, isto é, superior á receita geral do Estado em mais de vinte mil contos de réis". Cf. COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem ... de 1923 ...*, *op. cit.*, p. 3.

128 Em 1928 a dívida consolidada do Estado atingiu 9.738:850\$450, e a flutuante chegou 2.121:486\$283. A maior credora da dívida consolidada era exatamente a "Empresa Matte Laranjeira S. A.", que propiciara dois empréstimos ao governo mato-grossense: o primeiro, em 1926, correspondeu a 2.603:686\$081, e o segundo, em 1928, totalizou 2.000:000\$000. Cf. TOLEDO, Annibal. *Op. cit.*, p. s/nº.

política de Mato Grosso, ao contrário do que pleiteavam os comerciantes regionais desde a época de desdobramento da "questão do mate".

Em relação ao comércio de importação, também refluíu a ação das casas comerciais, pois não mais estabeleciam contatos diretos com centros estrangeiros, na medida em que o condicionamento imposto pelo transporte ferroviário forçou-as a orbitar unicamente em torno de São Paulo. Às vésperas da grande crise imperialista de 1929, portanto, estava bastante avançado o processo que transformou os comerciantes mato-grossenses em proprietários de estabelecimentos puramente comerciais e/ou de fazendas de criação de gado.

Mato Grosso, em correspondência, assumira sua "vocaçãõ econômica", já alvo da apologia do presidente Caetano de Albuquerque em 1916:

"Dês que se conheceu essa admiravel *industria do frio*, que é uma consideravel revolução economica, que venceu o obstaculo do espaço entre o centro de producção e o centro de consumo, pela conservação, pelo frio, das mercadorias deterioraveis, dando quasi por terra com as *xarqueadas* e *saladeiros* e creando *matadouros-modelos*, abriu-se para a nossa pecuaria novo horizonte.

Cumpre-me, (...), advertir que o nosso problema economico é *agro-pecuario*, que devemos cuidar da lavoura como da criação, que para uma e outra estamos nas melhores condições".<sup>129</sup>

A realização da "vocaçãõ econômica" da região, porém, exigiria do governo estadual muito mais do que a simples exortação. E este, de fato, assumiu também as conseqüências práticas dessa realização, o que se revelou em medidas documentadas em mensagens presidenciais posteriores. Como exemplo, transcreve-se um extrato do relatório de Annibal de Toledo, relativo ao ano de 1930:

"É na pecuaria, (...), que temos de ir buscar as grandes reservas financeiras de que carecemos para a expansão economica projectada. Precisaremos, por isso, auxiliá-la por todos os meios que a technica aconselha.

"O primeiro e mais urgente e importantte delles é a introdução de reproductores. Visando esse objectivo, já o anno passado, (...), obtive do eminente Sr. Dr. Lyra Castro, Ministro

129 ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria e. *Op. cit.*, p. 28.

da Agricultura, a remessa de 8 touros, quatro charolezes e quatro limousines, raças especializadas em carne, para serem entregues gratuitamente a particulares (...).

"(...) desejo muito, (...), que a Assembléa me autorize a adquirir em São Paulo ou em Minas reproductores, já nascidos no Brasil, ou então a comprá-los em maior quantidade, ao Ministério da Agricultura, para vendê-los aos nossos criadores pelo preço de custo, accrescido do transporte, que se obtém barato, sendo o gado para o governo e reunido em lotes maiores".<sup>130</sup>

A diversificação da produção, encetada após a Guerra do Paraguai, correspondeu a uma mera tentativa, portanto. Assim como imediatamente após esse conflito Mato Grosso, depois de sessenta anos, voltou a pautar-se por sua condição de região basicamente exportadora de gado bovino em pé.

A especialização da produção, enquanto decorrência da divisão regional do trabalho, realizou-se sob a hegemonia do capital financeiro. E sob a hegemonia plena deste fechou-se uma das fases mais ricas da história em Mato Grosso.

PARTICIPAÇÃO DO GADO VACUM EM PÉ NA RECEITA DE IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MATO GROSSO, 1900-1935. (Em contos de réis)

QUINQUÊNIOS	TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE GADO VACUM EM PÉ		
	RECEITA DE IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	RECEITA DO IMPOSTO	%
1901-1905	5.000	605	12,1
1906-1910	9.727	567	5,8
1911-1915	14.223	1.093	7,7
1916-1920	13.661	2.471	18,1
1921-1925	16.004	3.706	23,2
1926-1930	21.329	6.727	31,5
1931-1935	19.210	9.400	48,9

FONTES: *ALBUM Graphico...* (1914), p. 102; CORRÊA, Mario (1927), p. s/nº; PIRES, Manoel Ary da Silva (1937), p. s/nº. Ver *Bibliogr. in fine.*

130 TOLEDO, Annibal. *Op. cit.*, p. 19-21.



## FONTES

- ALBUM Graphico do Estado de Matto-Grosso.* Hamburgo; Corumbá, S. C. Ayala e F. Simon, Janciro de 1914. 433 p.
- ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria e. *Mensagem dirigida pelo Exmo. Snr. General Dr. ... Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura, em 15 de maio de 1916.* Cuyabá, Typographia Official, 1916. 97 p.
- ALENCASTRO, José Maria de. *Relatorio com que o Exm. Sr. Coronel Dr. ... Presidente da Provincia de Matto-Grosso abriu a 1ª sessão da 24 Legislatura da Respectiva Assembléa no dia 15 de Junho de 1882.* Cuyabá, Typ. de J. J. R. Calhao, 1882. 70 p.
- ALINCOURT. Luiz d'. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá.* Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975. 207 p.
- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864.* Corumbá, CEUC-UFMS, 1983. 148 p. (Datilografado.)
- AZEVEDO, Fernando de. *Um Trem Corre para o Oeste.* 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d. 222 p.
- BARROS, Antonio Paes de. *Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso Coronel ... á Assembléa Legislativa na Segunda sessão ordinaria de sua sexta legislatura, installada a 3 de março de 1904.* Cuyabá, Typographia Official, 1904. 18 p.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão Territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801).* São Paulo, Departamento de História-USP, 1978. 194 p.
- BATOVY, Barão de. *Falla com que o Exmo. Snr. General ... abriu a 1ª sessão da 25ª legislação da Assembléa de Matto-Grosso em 1º de outubro de 1884.* 111 p. (Manuscrito.)
- BENITES, Miguel Gimenez. Nota sobre os frigoríficos do Sul de Mato Grosso. In: ——— *Anais do I Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEMT.* Corumbá, CPC-UEMT, 11 a 13 de novembro de 1977. p. 134-8.

IL BRASILE e gli italiani (Publicazione del "Fanfulla"). Firenze, R. Bemporad & Figlio Editori, s.d. p. 200.

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 142 p.

COSTA, Paulino Lopes da. *Alguns Aspectos Que Originaram a Economia do Pantanal do Município de Corumbá*. (Corumbá), s.ed., 1978. 32 p.

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 21 de maio de 1923, pelo Coronel . . ., Presidente do Estado de Matto-Grosso*. Cuyabá, Typographia Official, 1923. 98 p.

———. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa, ao installar-se a sua 2ª sessão ordinaria da 12ª legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo Coronel . . ., Presidente do Estado*. (Cuyabá), (Typografia Official), 1922. 72 p.

———. *Mensagem dirigida pelo Coronel . . ., 1º Vice-Presidente do Estado, em exercicio, á Assembléa Legislativa ao installar-se a 1ª Sessão da 8ª Legislatura, em 13 de maio de 1909*. Cuyabá, Typographia Official, 1909. 28 p.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *A indústria açucareira em Mato Grosso. Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, out. 1941. p. 89-99.

———. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969. 741 p.

———. *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951. 195 p.

———. *Matto-Grosso*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Commercio, 1922. 486 p.

CORRÊA, Francisco de Aquino (Presidente do Estado de Matto-Grosso). *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Estado ao installar-se a 2ª sessão ordinaria da 11ª legislatura em 7 de setembro de 1919*. Cuyabá, Typographia Official, 1919. 116 p.

- CORRÊA, Mario (Presidente do Estado de Matto-Grosso). *Mensagem à Assembléa Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura*. Cuyabá (Typographia Official), 1927. 191 p.
- . *Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária da 15ª legislatura*. Cuyabá, Typ. Official, 1928. 185 p.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840 — e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província*. São Paulo, Fac. Fil., Letr. e Ciências Humanas-USP, 1976. 195 p.
- FERREIRA, José Joaquim Ramos. *Relatorio que o Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. ... devia apresentar à Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na 2ª sessão da 26ª legislatura no dia ? de setembro de 1887*. Cuyabá. 145 p. (Manuscrito.)
- FONSECA, João Severino da. *Viagem ao redor do Brasil: 1875-1878*. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro, 1880. 2 v.
- FOURNIER, Agustín Ruano. *Estudio Económico de la Producción de las Carnes del Río de la Plata*. Montevideo, PEÑA y Cia., 1936. 387 p.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. La brecha informativa (Información y desinformación como herramientas de dominio neocolonial en el siglo XIX). In: ———. *II Encuentro de Historiadores Latinoamericanos*. Caracas, 20 a 26 de março de 1977. 51 p.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação (O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil — 1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979. 184 p.
- LENIN, V. I. El imperialismo y la escisión del socialismo. In: ———. *Obras Escogidas en doce tomos*. Moscú, Editorial Progreso, 1976, t. 6, p. 126-42.
- . Acerca del Estado. In: ———. *Obras Escogidas en doce tomos*. Moscú, Editorial Progreso, 1976, t. 10, p. 60-79.
- . O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: ———. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, t. 1, p. 575-671.
- LIMA, Archimedes. *Problemas Mato-Grossenses*. Cuiabá, Imprensa Oficial, 1941. 143 p.



- LIMA, Astório Monteiro de. *Mato Grosso de Outros Tempos: Pioneiros e Heróis*. São Paulo, Soma, 1978. 179 p.
- LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. *Oeste de S. Paulo, Sul de Mato-Grosso (Geologia, Industria Mineral, Clima, Vegetação, Solo Agrícola, Industria Pastoril)*. Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Commercio", 1909. 172 p.
- MARACAJÚ, Barão de. *Relatorio com que o General . . ., Presidente da Provincia de Matto-Grosso abriu a 1ª Sessão 23ª Legislatura da respectiva Assembléa, no dia 1º de outubro de 1880*, 168 p. (Manuscrito.)
- MARCILIO, Maria Luíza. *Evolução da população brasileira através dos censos até 1872*. *Anais de História*, Assis, (6):115-37, 1974.
- MARQUES, A. *Matto-Grosso: seus recursos naturaes, seu futuro economico*. Rio de Janeiro, Pap. Americana, 1923. 217 p.
- MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. *Canna de Assucar*. In: ——— *ALBUM Graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo; Corumbá, C.C. Ayala e F. Simon, janeiro de 1914, p. 269-75.
- . *Mensagem dirigida pelo Exmo. Senr. Doutor . . . Presidente do Estado á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão ordinaria da 10ª Legislatura em 13 de maio de 1915*. Cuyabá, 1915. 94 p. (Manuscrito.)
- . *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. . . . Presidente do Estado á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2ª sessão ordinaria da 9ª Legislatura em 13 maio de 1913*. Cuyabá, Typ. Official, 1913. 96 p.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Nictheroi, Typ. Salesiana, 1919. 2 v.
- MURTINHO, Manoel José. *Carta de . . ., dirigida a Generoso Ponce em 29 de dezembro de 1907*. In: ——— CORREIA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murinho*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951. p. 187-9.
- PIMENTEL, Joaquim Galdino. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Presidente da Provincia Doutor . . . no dia 12 de julho de 1886*. 152 p. (Manuscrito.)

- PIRES, Manoel Ary da Silva (Interventor Federal no Estado de Matto-Grosso). *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinaria da sua 1ª Legislatura*. Cuyabá, Typ. Official, 1937. 58 p.
- POMER, León. La guerra ignorada. In: ——— *Proceso a la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Caldén, 1968, p. 7-28.
- PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um Chefe*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1952. 564 p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975. 158 p.
- SEREJO, Hélio. *Vida de Erval*. s.n.t. 71 p.
- SOUZA, Antonio Fernandes de. *Antonio Paes de Barros (Totó Paes e a Política de Mato Grosso)*. S. 1., s. ed., 1958. 101 p.
- SOUZA, Elza Coelho. Engenhos e Usinas. In: ——— *Tipos e Aspectos do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. p. 152-6.
- STOLS, Eddy. Les investissements belges au Brésil (1830-1914). In: ——— *Colloques Internationaux du Centre Nationale de la Recherche Scientifique*, Paris, (543):259-67, 11-15 Octobre 1971.
- . O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914). *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Amsterdam, (18):57-73, jun. 1975.
- TOLEDO, Annibal (Presidente do Estado de Matto-Grosso). *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1ª Sessão Ordinaria de sua 15ª Legislatura*. Cuyabá, Typ. Official, 1930. 111 p.
- TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires, CRISIS, 1975. 80 p.
- VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34 (1): 49-144, jan./mar. 1972.

## RESUMO

De início, o autor situa a economia de Mato Grosso em relação às consequências da "Guerra do Paraguai". Antes desta a *casa comercial* era o centro nervoso da economia regional. A abertura da livre navegação na bacia do Prata como consequência da Guerra abre um período de desenvolvimento da economia regional: implantação de usinas de açúcar; indústria da carne; crescimento da extração da erva-mate e da borracha; o desenvolvimento do porto e da cidade de Corumbá como centro nervoso da economia; a chegada de estrangeiros capitalistas, radicando-se em particular no comércio. O que tem como consequência transformações na própria estrutura e funcionamento da casa comercial, decorrentes em particular do monopólio que exerceram sobre a navegação e de suas novas funções creditícias.

No capítulo 3, após descrição do funcionamento da casa comercial no seu apogeu (passagem do século XIX para o século XX) o autor analisa as razões que, a partir da segunda década do século atual, levaram a sua decadência: a efetiva implantação do capital financeiro através de bancos; a vinculação direta de empresas de produção e transporte a ele; o que passou a implicar na intensificação da concentração da propriedade fundiária e da produção no Mato Grosso.

Afirmando ter o imperialismo imposto uma divisão regional do trabalho que estrangulou o incipiente processo de diversificação da economia regional que se seguiu à Guerra do Paraguai, determinando a destruição dos últimos focos de poder da casa comercial, o autor passa por fim a analisar o destino das principais atividades econômicas do Mato Grosso nessa época, bem como o papel da ferrovia ("Nordeste do Brasil") no deslocamento do "eixo econômico" da bacia do Prata para São Paulo-Santos e a presença dos frigoríficos de São Paulo no início da especialização de Mato Grosso na produção de gado magro destinado à engorda nas invernadas de São Paulo e posterior abate.

## ABSTRACT

After the Paraguayan War economical life in Mato Grosso was favoured by free navigation in the Rio de la Plata Basin. Sugar and meat industries,

maté and rubber increasing extraction as well as the arrival of foreign capitalists which participated in commercial activities, and the growing importance of Corumbá as trade center and port provoked great modifications in the commercial house, and caused changes in its structure and ways of operation. Those transformations were related to the monopoly of navigation commercial houses exercised, and also to their new activities as creditors.

Mostly because of the affective settlement of financial capital through banking houses commercial house began to decline between 1910 and 1920 after a period of great success during the turning of the century. A major consequence was the increasing concentration of rural property and production in Mato Grosso.

The ruin of commercial houses is seen by the author as a proof of a regional division of work imposed by imperialism which destroyed the incipient regional economy after the Paraguayan War. He also analyses the influence of railways ("Noroeste do Brasil") upon the change of localization of the "economic axis", from the Rio de la Plata basin to São Paulo-Santos, as well as the refrigeration industries of São Paulo are related with the beginning of the specialization of Mato Grosso as cattle producer.

## RÉSUMÉ

L'auteur analyse l'économie de l'état de Mato Grosso au Brésil par rapport aux conséquences de la "Guerra do Paraguai". Avant celle-ci la *maison commerciale* était le centre nerveux de l'économie régionale. L'ouverture de la libre navigation dans le bassin du Prata comme conséquence de la Guerre inaugure une période de développement de l'économie régionale: implantation sucreries, de l'industrie de la viande, croissance de l'extraction du "mate" et du caoutchou, développement du port et de la ville de Corumbá comme centre de l'économie, l'arrivés des capitalistes étrangers qui vont choisir surtout l'activité commerciale. Le résultat sera la transformation de la structure et du fonctionnement de la maison commerciale, que découle en particulier du monopole sur la navigation et sur ses nouvelles fonctions de crédit.

À l'intérieur du chapitre 3, après décrire le fonctionnement de la maison commerciale dans son apogée (dans le passage du XIXème au XXème

siècle), l'auteur analyse les raisons qu'ont amenée à la décadence à partir des années 20: l'implantation effective du capital financier par les banques. la vinculation directe des entreprises de production et de transport à celles-là, ce qu'a signifié l'intensification de la concentration de la propriété foncière et de la production à Mato Grosso.

L'auteur montre que l'imperialisme a forcé la division régionale du travail en bloquant le faible processus de diversification de l'économie régionale que s'est suivie à la guerre, et qui a donc, détruit les derniers des principales activités économiques de Mato Grosso à cette époque, aussi bien que le rôle du chemin de fer (Norooeste do Brasil) dans le déplacement de "l'axe économique" du bassin du Prata vers São Paulo-Santos et la présence des frigorifiques de São Paulo dans la spécialisation de Mato Grosso dans la production de bétail maigre destiné à l'engraissement dans les pâtures de São Paulo, avant d'être abattu.

